

UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

O OLHAR DOS JESUÍTAS SOBRE A
CULTURA INDÍGENA – SÉCULO XVI.

FLÁVIA EMÍLIA ZANINI

PIRACICABA, SP

2014

O OLHAR DOS JESUÍTAS SOBRE A CULTURA INDÍGENA – SÉCULO XVI.

FLÁVIA EMÍLIA ZANINI

Professor Doutor José Maria de Paiva

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIMEP como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

PIRACICABA, SP

2014

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Maria de Paiva

Prof. Dr. Fábio Eduardo Cressoni

Prof. Dr. Thiago Borges de Aguiar

Dedico este trabalho a quem me deu a vida

Meus amados pais Tarcília e José

AGRADECIMENTOS

Às páginas de agradecimento, delas sou leitora. Às vezes, repetitivas, outras tanto excêntricas, e assim ajudam a contar a história pessoal e todo o trabalho envolvido na pesquisa de uma dissertação, as conversas e os fundamentos – teóricos, metodológicos e, sobretudo, afetivos – que a beneficiam. Dessa maneira, não posso deixar de criar a minha e espero que ela seja lida.

Os anos para o desenvolvimento da dissertação foram mais intensos e longos do que o esperado. Mãos amigas ajudaram ao desdobrar que se iniciava, na leitura, na elaboração do pensamento, muitos, muitos rabiscos foram criados em diversos momentos para poder chegar a um desfecho.

Mais uma vez poder voltar a Piracicaba, lugar que aprendi a amar, foi enriquecedor em todos os sentidos, e é a partir daqui que início meus agradecimentos.

A Deus, pelos ensinamentos de vida proporcionados, pelas bênçãos alcançadas e pelo fortalecimento da fé.

Ao professor José Maria por ter me acolhido e escolhido minha pesquisa.

Aos professores do Programa de Pós- Graduação em História e Filosofia da Educação, detentores de saberes, dentro e fora das disciplinas curriculares, foram importantes para meus próprios questionamentos. Dentre de todos, não posso deixar de citar nominalmente Ana Maria Padilha, Selma Venco, Maria Guiomar Tommasiello, Renata Cunha. Agradecimento especial ao professor César Romero com muito carinho.

Aos professores que aceitaram estar em minha qualificação e que muito me edificaram: professor José Lima Junior que sempre admirei e fez com que eu olhasse a vida sem ser centralizada e professor Thiago Borges de Aguiar que com seu olhar brilhante irradia sabedoria, aos dois o meu muito obrigada.

Aos funcionários do Departamento da Pós, pelo apoio e pelos sorrisos Dulce, Elaine e Angelise e todas as demais.

Aos amigos que estivemos juntos, na sala de aula ou nos bate papos, dividindo angústias, risadas, livros, cafés participando desta vida acadêmica:

Ivan (o destemido), Alline (a delicada), Admilson (o atencioso), Luciane (a enorme de coração), Renata (a meiga) e Lara (a amiga determinada), a vocês todo o meu carinho.

A Fundação Capes que ajudou financeiramente e sem ela esta dissertação não seria possível.

Aos queridos amigos, que sempre acreditaram e torceram por mim: Tadeu Viganó, Isabel Célia, Juliana Fávero, José Arnaldo, Alaércio, Neuci, Lu Habermann, Lu Puzzi, Maura, Vanessa e Marielsa, muito obrigada.

A inestimável amiga Escolástica que me acolheu em suas férias, oferecendo tapioca e aquecendo meu coração com suas sábias palavras.

A amiga corajosa e forte, Adriana Mariguela que sempre me incentivou.

A Débora amiga sempre, que nos meus desesperos me acolhia com orações.

As primas divertidas e companheiras Ana Paula, Luciana, Meire e Valéria, todo meu carinho.

Ao primo que carreguei no colo e auxiliou-me agora adulto: Rafael Canaveze.

A minha amada e única irmã, da qual sinto imenso orgulho pela pessoa que é e por nunca ter deixado de estar ao meu lado.

Por fim agradeço imensamente ao Marcelo, pela paciência, compreensão e amor, nos momentos críticos pelos quais passei e aos meus maiores tesouros Enrico e Enzo que me ensinaram o que é “o amor incondicional”.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- CAPES – Brasil.

*Não chores, meu filho:
Não chores, que a vida
É luta renhida:
Viver é lutar.
A vida é combate, Que os fracos abate,
Que os fortes, os bravos
Só podem exaltar !!*

Antônio Gonçalves Dias
Canção do Tamoio

RESUMO

Esta dissertação é um estudo das cartas de Nóbrega e Anchieta, padres que fizeram parte da Companhia de Jesus, com a missão de salvar almas, catequizando-as na virtude, na educação, nos costumes europeus.

Padre Nóbrega chega ao Brasil em 1549 e o Padre Anchieta em 1554 e a comunicação por cartas, era um dos únicos meios da época de aproximar as colônias da Metrópole.

Para uma melhor compreensão das cartas foram realizadas leituras dos livros de Emerson Tin, Thiago B. de Aguiar e no artigo de João Adolfo Hansen para que a leitura tivesse uma referência a época e tornasse possível uma visão aproximada dos acontecimentos daquele período.

Para essas leituras com mais de quatrocentos anos, tivemos de levar em conta, sua estrutura no modelo paulino da epístola, a formatação para livro, sua tradução entre outras. Essas cartas eram uma das maneiras utilizadas pelos padres, para narrarem os acontecimentos ocorridos em terras brasileiras e quase sempre traziam aspectos sobre o cotidiano dos europeus e dos nativos.

Esta dissertação buscou compreender as marcas deixadas pelo trabalho executado pela Companhia de Jesus, nos primeiros tempos do encontro entre duas culturas diferentes, marcas que alteraram profundamente a história desses dois povos.

Palavras-chave: Cartas jesuítas, Século XVI, Indígenas

ABSTRACT

This dissertation is a study of the letters of Nóbrega and Anchieta, priests who were part of the Society of Jesus, with the mission of saving souls, catechized them in virtue, in education, in European customs.

Father Nóbrega arrived in Brazil in 1549 and the father Anchieta in 1554 and the communication by letters, was one of the only means of time to bring the colonies of the metropolis.

For a better understanding of the letters were performed readings of Emerson Tin books, Thiago B. de Aguiar and João Adolfo Hansen's article for the reading had a reference to time and can become an approximate view of the events of that period.

For these readings with over four hundred years, we had to take into account their structure in the Pauline model of the epistle, the formatting to book, its translation among others. These letters were one of the ways used by priests to narrate the events in Brazilian territory and almost always brought aspects of the daily lives of Europeans and natives.

This research sought to understand the marks left by the work done by the Society of Jesus in the early days of the encounter between two different cultures, brands that have profoundly changed the history of these two peoples.

Keywords: Jesuits Letters, sixteenth century, Indigenous

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	5
RESUMO.....	9
ABSTRACT.....	10
INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I - A SOCIEDADE PORTUGUESA QUINHENTISTA.....	16
1.1 - A organização interna da sociedade portuguesa quinhentista	16
1.2 A experiência mercantil portuguesa	26
CAPITULO II – A COMPANHIA DE JESUS.....	29
2.1 O Início.....	29
2.2 Inácio de Loiola e a Companhia de Jesus	33
2.3 Chegada dos jesuítas ao Brasil	38
3- CAPÍTULO III - O OLHAR DOS JESUÍTAS SOBRE A CULTURA	47
3.1. Uma discussão sobre as fontes	47
3.2 – Cosmvisão e Aculturação	56
3.2.1 – A convivência.....	56
3.2.2 O aldeamento	75
3.2.3 O Trabalho.....	79
Considerações.....	83
Bibliografias.....	85

INTRODUÇÃO

(...) os Jesuítas. Só este nome bastara para alarmar certo grupo de leitores; por isso, a fim de tranquilizar, afirmo que não pretendo aqui escrever uma apologia dos Jesuítas (...) Contudo, é impossível pensar nas instituições religiosas, na história religiosa, política e literária da Europa durante três últimos séculos sem encontrar os Jesuítas a cada passo; não podemos viajar pelos países mais distantes, atravessar mares desconhecidos, visitar terras mais remotas ou penetrar nos mais terríveis desertos sem encontrar por toda parte, sob os nossos pés, memorial dos Jesuítas.
(BALDES apud WRIGHT, 2005, p.9).

Neste trabalho falaremos da Cultura de dois povos distintos e para melhor entender o conceito de Cultura utilizaremos uma das obras de Clifford Geertz, onde ele diz sobre “um tratado de teoria cultural, desenvolvido através de uma série de análises concretas” (2008, p.02) onde nos apresenta historicamente as diversas definições que o termo cultura sofreu e toma a seguinte postura:

(...) assumo a cultura como sendo essas teias e sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado. É justamente uma explicação que eu procuro, ao construir expressões sociais enigmáticas na sua superfície.
(...) a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível.
Compreender a cultura de um povo expõe a sua normalidade sem reduzir sua particularidade. (p.4-10)

Para perceber o olhar jesuíta à cultura indígena, é essencial entender a contínua mudança dos conceitos que o termo cultura recebeu, como consequência do desenvolvimento das diferentes sociedades e suas diversas concepções deste conceito.

Falaremos sobre a cultura e a relação existente entre ela e dois povos distintos, o português e o indígena, os problemas enfrentados nesta relação que irão se desenvolver no seu encontro.

A ideia seguinte de Geertz mostra uma nova abordagem, na qual o homem depende do ambiente cultural que está incorporado, para que seja possível a ele preparar e modificar seu conhecimento:

Não se precisava afirmar que a cultura do homem era tudo que ele podia reclamar, embora ele fosse, não obstante, um ingrediente essencial e irreduzível em sua natureza, talvez mesmo o ingrediente dominante. Os fatos culturais podiam ser interpretados contra o pano de fundo dos fatos não-culturais sem dissolvê-los nesse pano de fundo ou nele dissolver o pano de fundo. O homem era um animal hierarquicamente estratificado, uma espécie de depósito evolutivo, em cuja definição cada nível — orgânico, psicológico, social e cultural — tinha um lugar designado e incontestável. Para ver o que ele realmente era tínhamos que suportar os achados das várias ciências relevantes — antropologia, sociologia, psicologia, biologia — uns sobre os outros como em muitos padrões de *moiré* e quando isso fosse feito, a importância cardinal do nível cultural, o único que é distinto ao homem, surgir naturalmente, com seu direito próprio, como o faria o que ele teria que nos contar sobre o que ele era realmente. (2008, p. 28)

Na circunstância restrita desta dissertação, o entendimento do termo Cultura é essencial para entendermos o encontro entre as culturas envolvidas, no caso os portugueses e os nativos indígenas do século XVI. Dessa forma, procurou-se compreender a existência e o resultado de um diálogo entre a cultura dos nativos e também os obstáculos que ocorreram no decurso deste encontro.

Utilizamos as obras “Cartas do Brasil, 1549-1560”, 1988, do padre Manoel da Nobrega e “Cartas: informações, fragmentos históricos e sermões”, 1988, do Padre José de Anchieta, para que o olhar jesuíta pudesse ser percebido no contato entre os povos, com isso delimitamos a pesquisa num único olhar, a dos colonizadores. Vale salientar ao leitor que não supõe-se uma cultura melhor que a outra diante de várias culturas que por estas terras passaram, nem argumentar qualquer ação dos padres jesuítas em relação aos indígenas, apenas que faremos esta observação com base nas fontes documentais que apresentamos e que foram realizadas pelos padres

pertencentes a Companhia de Jesus, empenhando-nos a demonstrar a compreensão que eles faziam dos contatos diários com os indígenas.

A junção destes dois povos naquele determinado momento histórico, proporcionou trocas de experiências contínuas, gerando um processo de aprendizagem e apropriação de aprendizagem, tanto para um quanto para outro, e essas novas descobertas alteraram os dois lados, deixando marcas profundas tais como: a utilização de roupas para o indígena e a mudança em sua dieta alimentar para os portugueses.

As culturas são constituídas pelas crenças e valores derivados dos seus antepassados e são mantidas por suas gerações como forma de identidade, aprimorando estruturas uniformes e rígidas nas regras. Em todos os ambientes sociais: família, local de trabalho, na vida íntima entre outros, estamos nos relacionando e aprendendo. Esse aprender é um processo que se forma com o tempo, com as experiências do dia a dia que mantemos através de gerações.

Segundo Roque de Barros Laraia:

A nossa herança cultural, desenvolvida através de inúmeras gerações, sempre nos condicionou a reagir depreciativamente em relação ao comportamento daqueles que agem fora dos padrões aceitos pela maioria da comunidade. (2001, p. 67)

Continuando com Laraia:

O homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado. Ele é um herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquiridas pelas numerosas gerações que o antecederam. (2001,p. 44)

Essas reflexões são necessárias para um melhor entendimento de todo o encadeamento que foi a vivência dos portugueses em terras brasileiras e todo o processo de aprendizado envolvido com o simples fato de estarem vivendo no coletivo, sendo pessoas tão diferentes culturalmente.

Encerrando esta introdução, decidimos realizar esta dissertação em três capítulos. O propósito do primeiro capítulo é descrever como era a organização interna da sociedade portuguesa no século XV, mostrar como a religiosidade, influenciava em sua vida, o método de colonização, a socialização com o desconhecido, a sua identidade sendo constituído pelo outro, sua vida sendo

adequada a um novo continente com territórios e climas distintos, a organização dessa sociedade, a função de cada pessoa e sua importância, destacando o papel fundamental do rei.

No segundo capítulo tratamos da formação da Companhia de Jesus, seus preceitos, características e sua função perante a Igreja Católica. Concluimos que somente assim poderíamos fazer uma leitura adequada das cartas.

Podemos entender os jesuítas como um modelo de cultura portuguesa, mantinham as tradições da maneira rígida e estreita, com uma identificação muito forte com a política, obedecendo fielmente as atribuições enviadas pelo Papa. Comportavam-se de maneira extremamente organizada, tanto na hierarquia, quanto na fidelidade do cumprimento das ordens recebidas.

No âmbito da colonização se apresentavam como salvadores de almas, catequizadores e, por que não, educadores. Como possuíam a fidelidade como uma das suas maiores virtudes, vieram a estas terras com a finalidade de converter as almas pagãs, uma vez que a Igreja Católica perdia fiéis devido a Reforma Protestante.

Aqui implantaram colégios e foram responsáveis pela reestruturação da ordem, uma vez que a identidade portuguesa dos colonos aqui viventes, havia sido alterada pela distância da Metrópole.

No terceiro capítulo, nos dedicamos a leitura das cartas dos padres jesuítas Nobrega e Anchieta e nelas tentamos captar o olhar quinhentista dos religiosos sobre a cultura indígena aqui existente.

Encontramos nessas cartas o encontro catequético ritual entre os missionário e os nativos e colonos, com toda a riqueza de detalhes cotidianos que nos permitiu, de certa forma, entender melhor as imposições feitas aos índios, como a religiosidade, os hábitos portugueses, o casamento monogâmico entre outras.

Os padres da Companhia de Jesus estavam aqui e exerciam a fé de maneira plena, pois só assim conseguiriam o seu propósito fundamental que era a conversão dos nativos.

A vinda dos jesuítas no século XVI para o Brasil com a finalidade de conversão dos nativos, foi decisiva para a formação do povo brasileiro.

CAPÍTULO I - A SOCIEDADE PORTUGUESA QUINHENTISTA

1.1 - A organização interna da sociedade portuguesa quinhentista

A sociedade portuguesa do século XVI, só pode ser compreendida se falarmos da percepção que ela tem de si, tanto na organização de sua sociedade, suas relações de poder, quanto na sua relação com a fé cristã. Dessa perspectiva Paiva nos diz:

A compreensão que os portugueses tinham de sua realidade se expressava por meio de marcos teológicos cristãos, sedimentados ao longo de pelo menos 13 séculos, justificando a ordem social e o poder político, modelando o discurso, os valores, os comportamentos, os hábitos, a etiqueta, a visão de mundo, as relações interculturais, modelando cada gesto da vida social (2012, p. 25).

Nesse sentido, observamos que ser português, com efeito, implicava em ser cristão e pertencer a uma ordem social pontuada pela unidade que, por meio de suas condutas e práticas refletia a aparência de um corpo, semelhante a de um homem, “organizado e dotado de um destino metafísico” (XAVIER e HESPANHA, 1996, p. 121). Os portugueses, independentemente da posição social ocupada se reconheciam a partir dessa especificidade. Segundo Silva e Hespanha:

(...) os Portugueses não eram apenas isso; que eram também (e sobretudo) católicos, que eram (muito menos) europeus, que eram hispânicos; que eram, depois minhotos ou beirões; vassallos do rei ou de um senhor; eclesiásticos, nobres ou plebeus; homens ou mulheres (1993, p. 19).

Compreendemos então que o reino português ou era católico ou não era reino; portanto, a ideia do reino de Portugal passava necessariamente por esse elemento, capaz de rejeitar tudo que fosse adverso a sua cosmovisão.

A sociedade (família, comunidade, Igreja, profissionais e o próprio Estado) agiam interativamente segundo a ordem universal o próprio Deus), desta forma, apresentava-se como corpo social, do qual todos deveriam fazer parte. Essas partes agiam coordenadamente para a realização do todo, de tudo o que se passava na sociedade. Análogo a ideia de corpo místico, esse desenho, cujo organograma procurava definir a posição social de cada indivíduo e a respectiva interação entre as demais partes existentes, era executado nesta sociedade, simbolizando, outrossim, o status jurídico de cada grupo que integrava as dimensões do Império português.

Tal como a do corpo, da natureza. A vontade, quer do rei, quer dos súditos reunidos, não a poderia alterar. Esta constituição podia ser lida na tradição, na história, tal como a constituição do corpo de cada homem pode ser lida, na sua história clínica. A política era, então, um saber gêmeo da medicina, pelo que as imagens tiradas das obras dos médicos e dos fisionomistas fecundavam, continuamente, a reflexão da sociedade”. (XAVIER e HESPANHA, 1993, p. 122)

As ações da sociedade, não se conduziam por um desejo próprio, individual, eram voltadas para todo o seu contexto de vida, não era único, fazia parte de um conjunto. Deste ponto, percebemos que ser português acarretava em ser cristão e fazer parte de uma ordem social. Segundo as características explicadas por França:

O século XVII é ibérico – o grande fenômeno político desde 1580 é o Império Ibero-Cristão que mesmo depois, em sua agonia ainda domina seu tempo e irradia influência. O grande fenômeno cultural o “Século de Ouro”. O grande fenômeno econômico: a influência dos metais e outros produtos coloniais para financiarem a eclosão do capitalismo. O grande fenômeno religioso: A Reforma Católica com os jesuítas, com S. Teresa de Ávila e S. João da Cruz, com a Inquisição (1997, p. 21).

O século XVI, ao menos para os ibéricos, é profundamente assinalado pela religiosidade fundamentalmente católica, em qualquer lugar que se encontrassem. Em Cressoni vemos que:

A hegemonia ibérica é manifestada em toda a Europa, ligando-a ao Concílio de Trento. O educar vigorava entre as atribuições jesuítas. O vigiar passava pela Inquisição. O governo, de um só

rei, correspondia à representação do catolicismo na Terra. Dessa forma, esse século expressava o estabelecimento de uma ordem. A palavra ordem aqui carrega diferentes sentidos. A organização da sociedade portuguesa, por intermédio de um ordenamento, visava atingir o homem em todas as esferas, no campo político, social, econômico, religioso, enfim, atuando plenamente em sua forma de ser (2008, p. 34).

A autoridade vinha de Deus por isso não era questionável, e seu representante era o rei, que tentava manter o equilíbrio social em cada reino. Sendo assim, ficava compreendido que o rei tinha o poder de governar. Conseqüentemente, essa organização social implicava uma hierarquia. Sua representação desenhava uma alegoria hierárquica do corpo, assim o rei era a cabeça, representando a unidade, não podendo intervir no desempenho das outras partes, não poderia arruinar a independência do corpo.

O Rei no centro desse processo, como cabeça da dispersão portuguesa, detendo o atributo de poderes que iam além das fronteiras demarcadas, tinha inúmeras responsabilidades, como “criar capitães na terra e no mar, fazer oficiais de justiça, do ínfimo ao pino da carreira, declarar guerra, chamando o povo às armas com os mantimentos necessários” (ABREU, 1998, p. 26). A ocupação das novas terras e as nomeações para cargos administrativos, tudo isso ficava a cargo do soberano.

As condições de poder, a partir desse modelo de organização social, estão muito bem estabelecidas; do que manda ao que obedece, como se fossem partes de um corpo, onde o rei é a cabeça e os demais grupos sociais são partes deste corpo e cada com uma função, que complementaria a outra, observamos emergir uma estrutura adversa a racionalidade contemporânea:

A função da cabeça (*caput*) não é, pois, a de destruir a autonomia de cada corpo social (*partium corporis operatio própria*), mas a de, por um lado, representar externamente a unidade do corpo e, por outro, manter a harmonia entre todos os seus membros, atribuindo a cada um aquilo que lhe é próprio (*ius suum cuique tribuendū*), garantindo a cada qual o seu estatuto (*foro, direito, privilegio*); numa palavra, realizando a justiça (XAVIER e HESPANHA, 1993, p.123).

Partindo desse pressuposto, o Rei era legitimado pelo poder divino, aclamado pelo povo e apoiado pelos nobres e pela igreja, tomando para si toda a centralidade política. Ao rei ficava a responsabilidade de manter a distribuição

da justiça, da riqueza. Sendo Deus justo, o rei como seu representante na terra, também seria da mesma forma justo.

O poder do rei é o poder de Deus. Esse poder, especificamente, é de Deus, por natureza, e do rei, pela graça. Donde, o rei, também, é Deus e Cristo, mas pela graça; e o que quer que ele faça, ele o faz não simplesmente como homem, mas como alguém que se tornou Deus e Cristo pela graça. (KANTOROWICZ, 1988, p. 52)

Por ser possuidor da graça, era tarefa do rei o cuidado com a manutenção do corpo, a aplicação da justiça e o cumprimento de suas funções utilizando a lei.

A estrutura da sociedade portuguesa era hierarquizada tendo “(...) o papa, cabeça da sociedade religiosa, o rei tornara-se o sujeito jurídico da sociedade civil” (ABREU, 1998, p. 26), que se fundamentava na religião em conexão com as demais experiências sociais. O instrumento que o rei usava para garantir a manter esse ordenamento e, por sua vez, garantir o funcionamento da justiça era a lei, instrumento necessário para a execução de um governo organizado a partir de uma lógica corpórea:

O Poder era, por natureza, repartido; e, numa sociedade bem governada, esta partilha natural deveria traduzir-se na autonomia político-jurídica (*iurisdictio*) dos corpos sociais, embora esta autonomia não devesse destruir a sua articulação natural (*cohaerentia, ordo, dispositivo naturae*) – entre a cabeça e a mão deve existir instâncias intermediárias (XAVIER e HESPANHA, 1993, p.123).

No processo de expansão, o Rei era o detentor do direito de distribuir as novas terras ocupadas; nelas, se instalavam a nobreza, composta pelas famílias que, por meio da política de concessão de terras e troca de favores (mercês), se instalavam nas colônias que compunham o Império. Estas famílias possuíam a terra, títulos e cargos que lhe conferiam poder, isto é, representavam as vontades da cabeça do corpo (rei) em uma de suas extensões.

Abaixo da nobreza, encontramos o povo, grupo que compunha a maior parte dos integrantes do Império. Inseridos como membros inferiores nessa

estrutura corpórea, lavradores, pequenos mercadores e oficiais mecânicos, “reuniam-se em câmaras municipais, órgãos de administração local” (ABREU, 1998, p. 27), porém sem nenhum destaque em qualquer decisão no Reino. Abaixo destes, ainda existiam, os escravos, entendidos como pés dessa estrutura, independentemente de estarem na sede do reino ou em qualquer uma de suas zonas distantes do centro político e administrativo da Coroa.

Dessa maneira todos exercendo suas funções para favorecer o bem de todos, realizando assim as funções do corpo.

A unidade dos objetivos da criação não exigia que as funções de cada uma das partes do todo na consecução desses objetivos fosse idênticas às outras. Pelo contrário, o pensamento medieval sempre se manteve firmemente agarrado à ideia de que cada parte do corpo cooperava de forma diferente na realização do destino cósmico. Por outras palavras, a unidade da criação era uma ‘unidade de ordenação’ (*‘unitas ordinis’, totum universale ordinatum*) – ou seja, uma unidade em virtude do arranjo das partes em vista de um fim comum – que não comprometia, antes pressupunha, a especificidade e irreduzibilidade dos objetivos de cada uma das ordens da criação e, dentro da espécie humana, de cada grupo ou corpo social’. (XAVIER e HESPANHA, 1993, p. 122)

Segundo Xavier e Hespanha, esta ordem admitia uma hierarquia, onde todos se ajudavam, como uma unidade, com vista de um fim comum e “segundo a qual cada ser tem propriedades específicas – tem sua competência – que se complementam na realização da grande unidade”. (PAIVA, 2012, p. 27)

José Mattoso (1992) escreveu que com “uma classe dominante consciente do seu papel nacional” (p.116) que possui uma “monarquia consciente da sua função interna e externa” (p.116), com a aristocracia nacional que sabia seu lugar na “Cristandade e no País, talvez não fosse preciso mais para que Portugal pudesse reconhecer-se a si mesmo como uma coletividade com um destino próprio.”(p.116) Suficiente que o conhecimento seria “já expresso claramente em Santa Cruz se difundisse a todas as camadas da população.” (p. 116)

Dessa forma a organização da sociedade estava sujeita a religião. Segundo França (1997), a “Providência Divina havia imposto uma certa ordem

social e cada um deveria se manter em seu lugar para que houvesse harmonia e paz” (p.37).

É a partir dessa perspectiva, que devemos considerar o lugar dos letrados nessa sociedade. Agindo em colaboração com o rei, esse grupo social, composto por integrantes da Igreja Católica, deveriam zelar, ao lado dos magistrados e demais homens detentores de ofícios jurisdicionais, da manutenção da fé e dos bons costumes, garantindo, pois, a conservação da ordem e da hierarquia pré-estabelecidas na terra pelos portugueses. Desta forma, os colégios jesuíticos adquirem importância vital para o desenvolvimento e expansão deste modelo para além da geografia reinícola. O lugar de produção e difusão desse arranjo social é o colégio. Nele, o orbe cristão se funde aos demais espaços da sociedade portuguesa quinhentista.

Muitas mudanças foram assimiladas pelos europeus e ocorreram diversas modificações com seus os habitantes, unindo-os a outros continentes, tomando contato com novas culturas, “de fato, o mar que banha a costa portuguesa é rico em peixe: (...) mas os pescadores portugueses iam pescar para a costa marroquina.” (BOXER, p.29, 1969)

Quanto a essas idas a outros continentes, “não dispomos de informações seguras sobre os motivos que inspiraram estas viagens de descobertas” (BOXER, p. 43, 1969), mas levavam os portugueses cada vez mais, a chegarem a continentes desconhecidos. As despesas eram enormes, porém aos poucos foram sendo financiadas pelo comércio de escravos. “Os escravos provinham, originalmente, dos ataques aos acampamentos tuaregues do litoral sariano, e, posteriormente, às aldeias negras da região senegalesa.” (BOXER, 1969, p. 41)

No entanto já século XVI, a conquista de novas terras e o comércio marítimo já era enorme junto com a sua diversidade de produtos. Nesse comércio marítimo, o homem europeu toma contato com outros homens de nações diferentes, com culturas diversificadas e esse contato amplia em ambos um conhecimento do outro e da sua “identidade” (CRESSONI, 2008 p. 10), fazendo com que colocassem em prática a forma de ser europeia. Segundo Cressoni :

Os homens que determinavam essa forma viviam amplamente esse momento, deparando-se com as mais diversas sensações e experiências, isto é, muito mais do que tão somente transformações econômicas e políticas, a transposição e adaptação dos costumes europeus em terras americanas traziam consigo um amplo processo cultural. Em meio a esse processo, todos - europeus, indígenas e africanos – iam, ao poucos, ajustando sua forma de ser, na perspectiva de se adaptarem à dinâmica do viver coletivamente (im) posto naquele momento. (2008, p. 35)

Podemos dizer desta maneira, que o cenário da disposição da sociedade portuguesa dos séculos XV e XVI estava introduzido em um âmbito mais extenso, “definido pela presença de uma ordem cósmica” (Cressoni, 2008, p.36) que envolvia a tudo o que é ser vivo na Terra, pois foi feito e planejado por Deus. Todos e tudo em constante contato, como vemos em Xavier e Hespanha:

O pensamento social e político medieval é dominado pela ideia da existência de uma ordem universal (cosmos), abrangendo os homens e as coisas, que orientava todas as criaturas para um objetivo último, que o pensamento cristão identificava como o próprio Criador. Assim, tanto o mundo físico como o mundo humano não eram explicáveis sem a referência a esse fim que os transcendia, a esse *telos*, a essa causa final (...) o que transformava apenas na face visível de uma realidade mais global. (1993, p. 122)

O cosmos, como diz Xavier e Hespanha, “abrangia os homens e as coisas”, tudo estava em constante interação, condizente com a vontade de Deus. De outro modo “a unidade dos objetos da criação não exigia que as funções de cada uma das partes do todo na consecução desses objetivos fosse idênticas às outras” (HESPANHA e XAVIER,1993, p. 122). Ao contrário, a compreensão do homem da época, acreditava que “cada parte do todo cooperava de forma diferente na realização do destino cósmico” (HESPANHA e XAVIER, 1993, p. 122).

Cressoni nos mostra que “A permanência de cada parte do Cosmos dependia, em última instância, da constante ligação com a demais partes existentes. Não poderia haver, pois, divisões.” (2008, p. 37). Ver-se como parte dessa criação, fazia com que a pessoa se sentisse importante no meio em que

vivia, independentemente de sua colocação, ela era uma peça imprescindível para a organização desse grupo.

Todos os grupos eram fundamentais e suas ações tinham sempre como objetivo o bem do outro, não havia o pensar de suas necessidades, mas a de todos, agiam em conjunto. “Por outras palavras, a unidade da criação era uma unidade de ordenação ‘(*unitas ordinis, totum universale ordinatum*)’ – ou seja, uma unidade em virtude do arranjo das partes em vista de um fim comum.” (XAVIER e HESPANHA, 1993, p. 122)

Assim, era o compromisso de todos, agirem com eficiência, exercendo cada qual a sua contribuição para a manutenção desse sentimento, de totalidade, “Quem se atrevia a passar a barreira de sua própria condição expunha-se ao ridículo e à censura.” (MATTOSO, 1995, p.233). Cada um em sua atribuição, sua aptidão, cumpriam sua função nessa sociedade.

Todos se devem, portanto, comportar como está preceituado, adoptando os gostos, costumes e regras de conduta que a sua respectiva posição hierárquica impõe. É esse o principal segredo da preservação da ordem estabelecida, valor constantemente presente em toda as manifestações ideológicas da cultura aristocrática. (MATTOSO, 1995, p. 241)

Vemos que tentar entender essa sociedade partindo, por exemplo, da prescrição de que todos nela são livres e iguais, não seria verdadeiro, pois quando afirmamos que os portugueses dos séculos XV e XVI possuíam uma interpretação do “mundo a partir da existência de um Cosmos que regia o universo. Cada parte do todo, por ser considerada divina, tinha enorme importância na composição do reino” (CRESSONI, 2008, p.38).

O que se quer, em um primeiro momento, é demonstrar que o conceito de identidade nada tem a ver com a ideia de nação. A sociedade portuguesa do Antigo Regime possuía, como acabamos de citar, um sentido diferente. Assim, como nos diz Silva e Hespanha “a identidade portuguesa, na época moderna, em termos de identidade ‘nacional’, remete implícita e anacronicamente para o conceito contemporâneo de ‘nação, em que a imagem de identidade étnica, territorial e política se combina com um sentido de exclusivismo” (1993, p. 20).

Esse modelo de organização social se expande além mar, isto é, à medida que o Império português se alarga, primeiro em direção ao continente africano e asiático, para depois seguir rumo a América, o modelo corpóreo português se insere em áreas periféricas, distantes do reino, como zonas portuárias, feitorias e áreas de exploração de recursos naturais, caso do Brasil.

A construção dessa visão de mundo, conforme nos demonstra Paiva, seguia uma estruturação social fundamentada na experiência histórica dos portugueses, que, independentemente, de sua condição jurídica, deveriam, todos, sem exceções, serem católicos:

O jesuíta, que aqui lançou as sementes da pregação cristã, via o seu mundo com os olhos contemporâneos, sob a ótica do século. Sua ação se regia pela visão do orbis christianus, que era a visão de todos os homens do seu tempo. (2006, p.21)

Ao conceberem o *Orbis Christianus*, como a origem da vida, era primordial que todas as pessoas acreditassem na palavra de Deus sem questionamentos e dúvidas, prestando culto e reconhecendo Cristo como verdade única e, portanto, absoluta. Deste modo, o Papa e o Rei eram obrigados a aceitarem e manterem a fé religiosa em nome de Deus.

Essa concepção de mundo era capaz de construir a alma e impulsionar o bem comum a todos que nela acreditavam. Qualquer pensamento ou ação contrária a esse modelo de organização social afrontava o desenho arquitetado por Deus, ao qual os portugueses entendiam serem os representantes na Terra.

Pretendendo ser universal, a expansão desse modelo em direção a novos espaços se chocaria com o diferente, adjetivando a alteridade do outro como espaço de produção e difusão da negação da fé cristã, bem como dos conceitos de ordem e hierarquia que sustentavam as relações estabelecidas entre os integrantes do Império português. Aqui, observamos que o infiel e o gentio, imersos na desordem e ausência de hierarquia, estando, portanto, desprovidos da experiência divina, tem que ser salvos. No cerne desse debate constata-se a identificação do inimigo da cristandade portuguesa, o Diabo, encarregado de persuadir e desviar as populações distantes do Império do conceito de verdade proposto pela Igreja Católica, posto em execução pelo estado lusitano:

A universalidade deste orbe se viu ameaçada com a descoberta de regiões enormes, brutas, selvagens, naturais, cujas populações não falavam língua cristã, não conheciam a Deus, em tudo destoando dos fiéis. Afrontava-se a verdade! Era preciso que se dominassem as forças adversas, sob o jogo do espírito do mal, e se lhes anunciasse a salvação (PAIVA, 2006, p. 22).

Com novas regiões que não conheciam a Deus, era necessário ampliar para que todos tivessem acesso ao conhecimento, a verdade e fossem salvos. Surgem as iniciativas de navegação, como forma de propagação do evangelho, introdução de mercadorias novas e manter sua cultura portuguesa.

Havia urgência de anunciar a Palavra da salvação. Para que, crendo, fossem batizados e ingressassem no mundo verdadeiro, e não crendo, fossem castigados e escravizados. Assim submetidos, haveria lugar para a implantação de uma ordem, legal, institucionalizada; a presença da graça cobrindo novamente todas as regiões, da terra, garantindo-se desta forma a unidade do orbe cristão (PAIVA, 2006, p. 23).

Cristianizar as nações era um dos objetivos do Império português, ao lado dos ditames de ordem comercial. Nesse sentido, todos os portugueses que se lançavam além mar, deveriam colaborar com a expansão do Império.

Em decorrência desse modelo de organização social, o argumento de um comportamento fundado nessa explicação se fazia suficiente para garantir sua validade e, portanto, sua continuidade. Vê-se aí, então, a importância dos letrados, que tinham a função de cuidar da cultura, conservar e assegurar o equilíbrio da sociedade. Estes, envolviam-se no governo para esclarecer e estabelecer leis, pois eles, ao apresentarem as justificativas de cada um dos elementos expostos, restituíam as ações em termos de validade. Todos os indivíduos que detivessem dúvidas, deveriam pedir ajuda aos letrados para não errar e, dessa forma, agir sempre em conformidade com a manutenção dos bons costumes.

Será a partir dessa lógica que a experiência dos portugueses procurará efetivar novas ações, em contato com o outro (índio), na América.

1.2 A experiência mercantil portuguesa

Em diversas regiões da Europa, o mercantilismo acabou se concretizando, a partir de variadas formas de organização, proporcionando um crescimento econômico diferenciado, voltado ao acúmulo de capital. Desta forma, esta experiência caracterizou-se pelos interesses entrelaçados em torno do comércio, cuja completude significava o poder econômico e, conseqüentemente, político do rei. No caso específico de Portugal, de acordo com Fausto, a expansão ultramarina ligar-se-ia a esse modelo de organização:

A forma pela qual, ao longo de alguns séculos, a Coroa portuguesa tratou de assegurar os maiores ganhos do empreendimento colonial relaciona-se com as concepções de política econômica vigente na época, abrangidas pela expressão "mercantilismo" (1996, p. 31).

Fausto corrobora para a compreensão da organização da política econômica da coroa portuguesas quinhentista. Os anseios da expansão marítima desta nação são descritos a partir da seguinte perspectiva, que serviu de modelo para muitos reinos europeus ao longo da Idade Moderna:

Pelo conjunto de medidas, verifica-se que a política mercantilista pressupunha uma ampla intervenção do Estado, seja assumindo diretamente certas atividades econômicas, seja criando condições favoráveis a determinados grupos para alcançar os objetivos visados. Não se tratava de uma política absurda, como poderia parecer por sua obsessão pelos metais preciosos. Pelo contrário, era coerente com as possibilidades de ação dos Estados nacionais em via de criação e crescimento, em um período no qual a moeda metálica tinha uma grande importância para consolidar o Estado. (1996, p. 32).

As transformações mercantis modificam a sociedade portuguesa, mesmo com o caráter religioso embasando as relações comerciais. A busca pelo lucro e novas mercadorias passa a obrigar que parte da população – em especial, os mercadores – a pensar no cálculo e no planejamento, impondo o individualismo. Essa nova racionalidade, de fundamentação mercantil, se insere no modelo de organização social descrito no item anterior deste capítulo, gerando, portanto, transformações no interior da sociedade portuguesa.

Pensando no caso específico das navegações portuguesas, os habitantes deste reino foram beneficiados por sua geografia, uma vez que a península ibérica fez desta gente exímios navegadores, por conta de sua estreita proximidade com o mar. Essa ligação, extremamente favorável ao desenvolvimento de uma racionalidade mercantil, é comentada por Azevedo da seguinte forma:

As pescarias foram para esta, como em toda a parte, a primeira escola náutica. À proporção que de Norte a Sul retirava o agareno, ensaiar-se-ia a navegação costeira. E não seria sem efeito a vinda dos cruzados, suscitando, por exemplo, o apetite dos rumos distantes. É provável terem ele ministrado aos portugueses conhecimentos da arte da construção, assim como do modo de navegar no mar alto, que lhes faltariam; talvez igualmente noções de geografia comercial [...] (1973, p.27).

Azevedo (1973) comenta ainda que o aprendizado dos portugueses, relativo à construção de barcos e a navegação em alto mar, em função de grande parte de a população depender do labor voltado à pesca e comércio com as terras próximas, se daria a partir da utilização de instrumentos de navegação existentes na época, tais como o astrolábio e o quadrante. Contudo, o contato com nações islâmicas permitiu que os lusitanos aprendessem novas técnicas de navegação, aperfeiçoando, desta forma, seus conhecimentos marítimos.

A navegação, nesse contexto, expandir-se-ia, tornando-se a primeira opção de crescimento do Império, conforme assinala Hespanha e Santos:

Na prática, a arquitetura do império fundava-se mais no domínio e segurança das rotas marítimas – por meio do desenvolvimento da ciência náutica e das práticas de marinharia e pelo recurso a novas tecnologias de defesa e ataque – do que no controle, mais familiar e direto, do espaço terrestre (1993, p.396).

Diante do quadro exposto – a natureza geográfica reinícola, fundamentada na sua proximidade com o mar, aliada ao modelo de organização da economia portuguesa, centrada na experiência mercantil, fez

de Portugal um Império vocacionado na exploração de recursos oriundos de suas colônias, conforme acentua Serrão:

Em resultado da precoce vocação ultramarina portuguesa, a sua economia foi-se tornando, desde o início da época moderna, cada vez mais dependente da vertente ultramarina, assente sobre ela e estruturada em função dela. Tornou-se, assim, naquilo que poderíamos definir como uma economia de base colonial, complementada pela atividade econômica metropolitana. (...) Mas era, afinal, o modelo tornado possível pela própria forma de integração de Portugal nas relações econômicas internacionais, nas quais a função que lhe estava atribuída era principalmente a de fornecedor de gêneros coloniais” (MATTOSO, 1993, p. 71).

Portugal vivia num mundo de transição da Idade Média para a Idade Moderna; muitos homens cruzavam os mares em busca de fortuna e terras, sendo-lhes oferecido um continente pouco ou nada conhecido, onde a imaginação deixava a tripulação amedrontada com o desconhecido, e com o sobrenatural. Foi uma época de grandes histórias fantasiosas, de monstros nos mares, que engoliam uma embarcação inteira, reinos fantásticos e o paraíso (KAPPLER, 1994); um tempo de tensão entre o poder de Deus e do Diabo, ou seja, entre o Bem e o Mal. Será a partir desse contexto, que os portugueses iniciarão a ocupação de parte do continente americano e os respectivos contatos iniciais com os ameríndios que ocupavam seu litoral, conforme observaremos mais a frente.

CAPITULO II – A COMPANHIA DE JESUS

2.1 O Início

Organizada analogicamente de maneira semelhante ao corpo de Cristo, a Igreja Católica, na Idade Moderna, com seus “Bispos, sacerdotes e diáconos, formam a estrutura hierárquica da Igreja, Corpo de Cristo, e esta hierarquia é querida por Deus, os seus membros são escolhidos por Ele.” (PEREIRA, 1969, p. 147) sendo o Papa a cabeça, detentor do tríplice poder (profeta, sacerdote e rei), escolhido por Deus, onde ele conduzia a comunidade, doutrinava, santificava e comandava, sempre apoiado pelos sacerdotes que comungavam da mesma fé.

O Papa era visto como o integrante da Igreja mais próximo de Deus, aquele que o representava na terra. A influência da Igreja na ação política é ampla, se estendendo para todos os confins das sociedades católicas. Vemos em Xavier e Hespanha:

Para todos estes níveis, a Igreja dispunha, para além de estruturas administrativas, de normas deontológicas precisas, recolhidas nos tratados de teologia moral e compendiadas e vulgarizadas nos devocionários e nos manuais de confessores (1993, p. 287).

Toda essa importância da Igreja transcorre de alguns fatores como a autonomia de governar: “Ela dispõe, em primeiro lugar, de um direito próprio canônico (...) depois, de autonomia dogmática, de governo e disciplinar (...) e eclesiástica” (XAVIER e HESPANHA, 1993, p. 287) e de autonomia de jurisdição, ou seja, “dispunha ainda de uma competência jurisdicional voluntária, para os casos em que as partes, por sua livre vontade, quisessem resolver os litígios perante um tribunal (ou entidade) eclesiástico” (XAVIER e HESPANHA, 1993, p. 287).

A Igreja Católica era a maior detentora de terras na Europa, possuindo muitas riquezas (imóveis e móveis), conquistadas através de doações de seus fiéis, que deveriam doar seus bens (dinheiro e terras) como forma de salvação da alma, livrando-se do pecado após a morte. Dessa forma, a Igreja se

fortalecia, em uma sociedade em que a terra era a base da riqueza e acreditava ser verdadeiro o que a Igreja pregava. Ela possuía uma estrutura de hierarquia rígida e uma organização centralizadora:

O corpo da Igreja é um espaço privilegiado de observação do campo dos poderes neste período. Por um lado, esse corpo não é uniforme nem compacto: é constituído por múltiplos organismos, por vezes de contornos mal definidos e com interesses nem sempre coincidentes. Por outro lado, a Igreja é investida pela ação de outras corporações e de outros grupos de agentes, que a procuram envolver nas suas próprias estratégias. (BETHENCOURT, 1993, p. 149).

Nesse sentido, vemos que:

(...) a Modernidade é uma época histórica com características orgânicas e complexas que investem – como veremos mais adiante – reorganização do poder ou dos saberes, fazendo-os assumir conotação novas e específicas. Foi definida como a Idade das Revoluções, como o tempo da emancipação, com a base histórica que depura e legitima as diferenças: foi, sem dúvida, um arco plurissecular que colocou no centro o problema da liberdade e o seu acidentado caminho, de formas de vida, de modelos sociais, de classes, de ideologias etc. (CAMBI, 1999, p. 39).

Com efeito, a Europa vivia um momento de desenvolvimento das ciências e das possibilidades dos avanços técnicos de produção, que possibilitariam melhorias nas condições econômicas, nas aventuras marítimas, no capitalismo mercantil e a essas insatisfações impulsionam a uma reforma, que fez com que o homem europeu se tornasse cada vez mais moderno, mudando seus hábitos, aceitando a ciência, desmitificando os mitos sobre a Terra, surgindo novos conceitos. Em função disso:

A Idade Média, porém, foi uma época de grande civilização, percorrida por fermentos e frêmitos de vários (...) Portanto, o “Renascimento” que constituiu a peculiaridade da “Renascença” foi mais um nascimento de outra civilização, de outra cultura: A Renascença representou grandioso fenômeno de “regeneração” e de “reforma” espiritual, em que a volta aos antigos significou revivescência as origens, “retorno aos princípios autênticos”, e a imitação dos antigos revelou-se como o caminho mais eficaz para recriar e regenerar a si mesmos. Em tal sentido, Humanismo e Renascença constituem uma só coisa, e o Humanismo torna-se fenômeno literário e

retorico apenas no fim, ou seja, quando se expande o novo espirito vivificador (REALE, 2005, p. 09).

Essas modificações em âmbito social, político, cultural, ideológico, transformaram a Europa em um novo continente. São pensamentos, ideias individualistas, racionalistas, em que a observação e produção do conhecimento do homem, da sociedade e da natureza ficaram conhecidas como Renascimento.

O pensamento humanista sobre a sociedade, a cultura, a arte e as ciências medievais fez com que o homem refletisse mais, aceitando o pensamento antropocêntrico em contradição ao teocentrismo protegido pela Igreja, que se viam intimidados pela agitação de inovações da ordem social organizada. Dessa perspectiva:

A pesquisa histórica contemporânea realizou uma profunda transformação da imagem que tínhamos do mundo antigo. Antes de tudo, demoliu em grande parte aquela concepção classicista (ática ou apolínea, podemos dizer) do antigo – grego e romano – que havíamos herdado do Neoclassicismo ou diretamente do Humanismo quatrocentista e, antes ainda, do Helenismo e do seu ideal de cultura baseado na *humanitas* e nos princípios heurísticos do equilíbrio e da beleza como harmonia. O antigo era sinônimo de proporção, de quietude, de síntese equilibrada, tanto na arte como no pensamento. (CAMBI, 1999, p. 43)

Nesse período, o homem quer saber, compreender e começam a se reunir, debater assuntos antes pouco comentados. Ainda em Reale:

Portanto, o "renascimento" que constitui a peculiaridade da "Renascença" não é o renascimento da civilização contra a incivilização, da cultura contra a incultura, e a barbárie, do saber contra a ignorância: ele é muito mais o nascimento de *outra* civilização, de *outra* cultura, de *outro* saber. (2005, p. 11)

Concomitantemente, ao humanismo e a renascença, que fazia efervescer a Europa, a Igreja Católica para remediar aos abusos cometidos e tentar definir com clareza sua doutrina, organizou-se no Concílio de Trento (1545-1563), na cidade do Tirol, sob a presidência de três cardeais legados, onde foram confirmados os princípios dogmáticos da Igreja Católica:

(...) a essencialidade da Igreja e o valor dos sacramentos, a eficácia das obras ao lado da intervenção da graça), define

nova tarefas para os eclesiásticos no plano disciplinar e pastoral, dá um forte impulso aos estudos bíblicos e teológico-filosóficos, favorecendo o nascimento e o desenvolvimento de ordens religiosas com o duplo escopo de frear o avanço da heresia protestante e difundir a religião católica nos países do Novo Mundo. (CAMBI,1999, p. 256)

Diante da Reforma Protestante em crescimento, mudanças foram feitas, como a criação das escolas católicas para o aprimoramento da educação religiosa ao clero e aos fiéis, retorno da Inquisição e foi criada a Companhia de Jesus – ou os “soldados de Cristo” – que teve um papel fundamental na Contrarreforma e na colonização do Brasil. Podemos compreender, com base em Cambi que:

Tal movimento, cuja influência sobre todos os campos da cultura é notável, tem um valor essencialmente pedagógico. Com o Concílio de Trento, de fato, a Igreja de Roma adquire uma maior consciência de sua própria função educativa e dá vida a um significativo florescimento de congregações religiosas destinadas de maneira específica a atividades de formação não só dos eclesiásticos, mas também dos jovens descendentes dos grupos dirigentes. Nisso consiste a diferença mais significativa no plano educativo entre o movimento da Reforma e o da Contrarreforma. (1999, p. 256)

Foi com a Contrarreforma que a Igreja Católica preocupou-se em esclarecer a Teologia Católica, indicando leituras com bases no Antigo e Novo Testamento, explicando sobre sua condição de pecador “o homem se redime do pecado não pela fé, mas também pelas obras.” (CAMBI,1999, p. 257), incentivando a volta do pensamento escolástico, dessa maneira encontrou meios de se manter na posição que sempre ocupou nos países ibéricos.

Com as obras da Companhia de Jesus que “repropõe um modelo cultural e formativo tradicional em estreita conexão com o modelo político e social expresso pela classe dirigente” (CAMBI, 1999, p. 256), assim os jesuítas são enviados a novas terras para propagar o cristianismo por meio da instrução e da catequese. Serafim Leite nos faz refletir:

Que era a Companhia de Jesus? Que pretendia? Vai no-lo dizer a Fórmula do Instituto, incluída na Bula de aprovação: Qualquer que na nossa Companhia, que desejamos ser assinalada com o nome de Jesus, quiser militar como soldado de Deus, debaixo da bandeira da cruz e servir ao único Senhor

e ao Romano Pontífice, Vigário seu na terra, depois de fazer voto solene de perpetua castidade, assente consigo que é membro de uma Companhia, sobretudo fundada para, de um modo principal, procurar o proveito das almas, na vida e doutrina cristã, propagar a fé. (1938, p. 3-6)

Com a leitura de Serafim Leite, podemos visualizar a introdução de princípios militares na Companhia de Jesus como uma ação atribuída de credulidade, por causa da extrema organização e disciplina, próprias da formação militar, servir e obedecer sem questionar as ordens do Papa. A disciplina rígida hierarquizada também equipara com a mesma influencia militar de Inácio de Loiola.

2.2 Inácio de Loiola e a Companhia de Jesus

De acordo com sua autobiografia, em 1534, Inácio de Loiola, de família nobre, “até aos vinte e seis anos de idade, foi homem dado às vaidades do mundo e deleitava-se sobretudo no exercício das armas, com um grande e vão desejo de honra” (LOIOLA, 2005, p. 27) foi soldado e, gravemente ferido, “uma bombarda acertou-lhe numa perna e partiu-a toda e como a bala passou entre as pernas, também a outra ficou bastante ferida” (LOIOLA, 2005, p. 28) em sua longa convalescença leu muito sobre a vida de Cristo e passou a interessar-se pela religião e é na sua autobiografia que Loiola nos diz:

E porque era muito dado a ler livros mundanos e falsos, que costumam chamar-se de cavalaria, sentindo-se bem, pediu que lhe dessem alguns para passar o tempo, mas na casa não se encontrou nenhum daqueles que ele costumava ler e por isso deram-lhe uma *Vita Christi* e um livro da vida dos Santos em língua pátria. (2005, p. 29)

Conforme a citação, depois de muitos estudos, longa reflexão, decide criar uma ordem religiosa que viria a ser chamada a Companhia de Jesus. Isso se dá na companhia de seus nove companheiros, Francisco Xavier, Pedro Fabro, Afonso Bobadilha, Diogo Laínez, Afonso Salmeirão e Simão Rodrigues, todos com formação universitária, homens raros para o seu tempo. No ano

seguinte, juntaram-se a eles mais três amigos: Cláudio Jaio, João Codure, Pascásio Broet, padres com formação espiritual e teológica. Inácio estava vivendo uma vida de inteira reflexão e silêncio, onde começou a escrever os fundamentos religiosos, os *Exercícios Espirituais*, a serem seguidos por todos os participantes diretos e indiretos da Companhia de Jesus, que contêm os temas do homem como criatura de Deus, devendo a estes “Exercícios” obediência para o atingimento da perfeição cristã. (SERAFIM LEITE, t. I, p. 11-16).

Os Exercícios Espirituais constituem a primeira experiência prática a ser feita por todos aqueles que ingressam na Companhia. Através dela, o candidato deve examinar a própria consciência, revolvendo toda a vida passada e contemplando cenas de vida de Cristo, segundo a capacidade de cada um. Usados duplamente como instrumento de prática e de ensino pelos jesuítas, os Exercícios são considerados a expressão viva do espírito inaciano, pelo qual se deve regular e interpretar todas as leis da ordem. (PEDRO, 2008, p. 10)

Nessa nova perspectiva, decidiu retornar aos estudos, indo para Paris, onde reencontrou grandes amigos e futuros companheiros da Companhia de Jesus e juntos resolveram todos, o que tinham que fazer, de acordo com sua autobiografia:

(...) ir a Veneza e Jerusalém, e gastar aí a sua vida em proveito das almas. E se não conseguissem licença de ficar em Jerusalém, voltar para Roma e apresentar-se ao Vigário de Cristo, para que os empregasse no que julgasse ser de mais glória de Deus e proveito das almas. Tinham também proposto esperar um ano a embarcação em Veneza, e se naquele ano não houvesse embarcação para Levante, ficariam livres do voto de Jerusalém e se ofereceriam ao Papa, etc. (LOIOLA, 2005, p. 110).

Esse grupo de estudiosos contribuiu de maneira decisiva para a formação daquela Companhia já nascer letrada e apta da instrução obrigatória nas letras, ou seja, saber ler e escrever em língua vulgar e em latim.

Assim, a Igreja Católica, retoma ao modelo de educação Escolástica, baseada nos princípios cristãos, que seria o correto para um cidadão católico,

onde obras literárias foram proibidas pelo Concílio de Trento por serem consideradas pagãs.

No ano de 1543, é fundado o primeiro colégio para externos, por Francisco Xavier, a princípio esta não era a intenção de Loiola, um colégio fora da Ordem. Contudo em 1548, Loiola funda seu “primeiro Colégio clássico da Companhia de Jesus – plenamente organizado.” (FRANCA, 1952, p. 01)

Loiola escreve uma carta dirigida a Jerónimo Nadal, seu contemporâneo na Universidade, convida-o a aderir à Companhia de Jesus. Jerónimo Nadal iria ter uma grande influência na definição da vocação docente da Companhia, ao ser incumbido de introduzir nos Colégios Jesuítas o *Modus parisiensis* e de elaborar os primeiros programas de ensino. “O êxito obtido, nesta primeira experiência, a julgar pelos documentos contemporâneos, foi consolador.” (FRANCA, 1952, p.02). Vemos em Pedro:

Entre 1552 e 1557, Nadal percorreu quase toda a Europa, como delegado de Inácio de Loyola para explicar e promulgar as Constituições da ordem. Durante este período, ele também uniformizou a organização e o funcionamento dos colégios da Companhia então existente em vários países europeus. Já como Reitor Romano – a casa central de estudos da Companhia em Roma -, Nadal revisou o código de ensino escrito em Messina, elaborando um novo tratado entre 1564 e 1566. (2008, p. 17)

A vocação docente da Companhia destacar-se-ia com o passar dos anos, de tal maneira que passaria a ser a sua principal característica. Apesar de, inicialmente, os Colégios aceitarem apenas alunos que eram candidatos a jesuítas, passaram, posteriormente, a aceitar também alunos que não pretendessem seguir a vida religiosa.

Assim, eram permitidos nos Colégios estudantes pobres que não teriam custo algum e igualmente os filhos de ricos e de nobres, ficando, no entanto, a cargo desses últimos o pagamento dos seus estudos. Ambos teriam a obrigação de sujeitar-se às mesmas regras dos candidatos a jesuítas, porém deveriam compor-se de maneira diferente e morassem em outra parte do Colégio.

Essa nova ordem era constituída de quatro votos: de pobreza, castidade, obediência comuns a todas as ordens religiosas e o de obediência rígida ao Papa. Sem questionamentos, poderiam ser enviados para onde o Papa quisesse, sempre para combater e servir a Ele (Deus) e ao Papa, seu representante na terra. Dessa maneira a Companhia de Jesus, logo estava espalhada por todo continente. Tinham vigorosa participação na Inquisição e na luta contra o protestantismo. Havia os colégios onde os jesuítas ensinavam com devoção as pregações, os exercícios espirituais, missões e a educação. Ainda em Pedro vemos que:

Contudo, é importante ressaltar que, apesar de inserida no contexto da Contrarreforma, a fundação da Companhia de Jesus não se resume ao mito da formação de um exército a serviço do Papa para combater os heréticos protestantes. A atuação da Ordem dos Jesuítas extrapolou os limites das lutas confessionais da Europa do século XVI, propagando a fé católica em terras desconhecidas pelos seguidores do protestantismo e influenciando profundamente a história dos continentes. (2008, p.12)

Na citação verificamos que os padres jesuítas possuíam a incumbência de se espalharem pelos continentes com a finalidade de difundir a fé e tornar melhor as almas na vida e no fundamento cristão.

Os jesuítas empreenderam uma implementação sistemática da sua atividade docente cuja lei orgânica ficou consagrada na publicação, em 1599, da *Ratio Studiorum* ou Plano de Estudos da Companhia de Jesus:

Historicamente, foi por esse Código de ensino que se pautaram a organização e a atividade dos numerosos colégios que a Companhia de Jesus fundou e dirigiu durante cerca de dois séculos, em toda a terra. Ordem consagrada ao ensino pela Constituição escrita por seu próprio fundador, a Companhia, onde quer que entrasse a exercer os seus ministérios, instituíu logo e multiplicava rapidamente os seus estabelecimentos de ensino. (FRANCA, 1952, p.1)

Esse método rapidamente se expandiu por toda a Europa e por terras desconhecidas, numa nova fase para os países europeus que estavam colonizando terras recém descobertas, o principal objetivo era levar a fé

católica a esses povos. O *Ratio Studiorum* era composto por um manual de regras detalhadas sobre a responsabilidade, o desempenho, a subordinação e a relação do conjunto de pessoas que compunham os colégios da Companhia de Jesus.

Essas regras iriam organizar o estabelecimento de ensino, com a finalidade de que cada estudantes, tivesse uma formação uniforme em todas as instituições da Ordem jesuíticas, tanto na Europa como nas novas terras.

O *Ratio Studiorum*, apresentava uma educação completa do aluno, “num plano bem estruturado e harmonioso, faz convergir toda a vida escolar do colégio – administração, currículo, metodologia, distrações – para um fim único: a educação integral do aluno” (FRANCA, 1952, p.15). Suas determinações, não eram apenas um método de estudo, eles queriam garantir que os valores cristãos atingissem a todos da sociedade. Eles acreditavam possuírem a verdade, diante da visão da época, e dessa maneira transmiti-la. A educação era o instrumento para salvar as almas, moldar as pessoas para torna-la um bom cristão. O poder político, os hábitos, os valores tudo era demonstrado através da fé cristã. Ser cristão era entendido como a única probabilidade da humanidade, demonstração da realidade.

Podemos dizer que dois aspectos inseparáveis explicam, de modo geral, a atuação histórica da Companhia de Jesus, pelo menos nas primeiras décadas de sua existência. O fundamento teológico e filosófico da escolástica como o elemento conservador, e o enfrentamento de inéditas experiências ligadas ao processo de surgimento de uma nova sociedade ultramarina, representada pelas novas conquistas, nos diferentes continentes. Dessa forma, os jesuítas assumiram, com o tempo, esses dois fundamentos como de suma importância para a atuação em seus diversos meios, principalmente aqueles relacionados ao Império português do século XVI. Nesse sentido, Pedro ressalta que:

A atuação da Ordem dos Jesuítas extrapolou os limites das lutas confessionais da Europa do século XVI, propagando a fé católica em terras desconhecidas pelos seguidores do protestantismo e influenciando profundamente a história dos continentes por mais de quatro séculos. (2008, p. 12)

Foram esses jesuítas que desembarcam no Brasil do século XVI, para trazer aquela que seria a primeira educação formal brasileira, com todas as influências culturais dos portugueses e seus costumes da época. Franca nos lembra ainda:

Como o fim da Companhia é levar as almas ao fim para o qual foram criadas; e como para atingi-lo, além do exemplo da vida, é necessária a doutrina e o modo de propô-la; uma vez que os candidatos houvessem lançado os fundamentos da abnegação de si mesmos e do progresso nas virtudes, devera construir-se o edifício das letras e o modo de servir-se delas para melhor conhecer e servir a Deus criador e Senhor nosso. Para este fim, funda a Companhia colégios. (FRANCA, 1952, p.19)

Como podemos ver, a educação proposta por Loiola e seus companheiros na Companhia de Jesus, é peça fundamental na edificação de uma fé sólida com isso, os jesuítas chegam a Terra Nova com a missão de converter as almas pagãs, mas com isso traz consigo a ideia de catequizar e ressaltando a citação “construir-se o edifício das letras para melhor conhecer e servir a Deus”.

2.3 Chegada dos jesuítas ao Brasil

Pero Vaz de Caminha, escrivão de Pedro Alvares Cabral, desempenhou essa função durante a viagem com destino as Índias, em suas cartas narrava os acontecimentos das viagens, o contato com outros povos, a cultura entre outros. Referindo-se aos indígenas brasílicos escreveu:

Parece-me gente de tal inocência que, se nós entendêssemos a sua fala e eles a nossa, seriam logo cristãos, visto que não têm nem entendem crença alguma, segundo as aparências. E, portanto, se os degredados que aqui hão de ficar aprenderem bem a sua fala e eles a nossa, não duvido que eles, segundo a santa tenção de Vossa Alteza, se farão cristãos e hão de crer na nossa santa fé, à qual praza a Nosso Senhor que os traga, porque certamente esta gente é boa e de bela simplicidade. E imprimir-se-á facilmente neles todo e qualquer cunho que lhes quiserem dar, uma vez que Nosso Senhor lhes deu bons corpos e bons rostos, como a homens bons. E o fato de Ele nos haver até aqui trazido, creio que não o foi sem causa. E portanto, Vossa Alteza, que tanto deseja acrescentar à santa fé

católica, deve cuidar da salvação deles. E aprazera Deus que com pouco trabalho seja assim [...]

A carta de Pero Vaz, descreve a inocência de um povo, sem sinal de uma riqueza em metal, mesmo sem falar a mesma língua tentam se comunicar, afirma que será logo um povo cristão, na mesma fé.

Sob o comando do fidalgo Pedro Alvares Cabral, um jovem de família nobre, partiram os portugueses de Lisboa, Portugal, com 13 navios bem equipados, com destino às Índias, em nove de março de 1500, com uma tripulação em torno de 1.500 pessoas, soldados, negociantes, aventureiros, além de mercadorias variadas, dinheiro amoedado, o que mostrava os interesses por novas terras, conduzidos por capitães experientes, como Bartolomeu Dias.

Cabral, seguindo as instruções de Vasco da Gama, desviou-se na altura do Cabo Verde mais para o Sudoeste, a fim evitar as bonanças do golfo da Guiné, para virar, mais tarde, em direção ao Leste e circunavegar o Cabo meridional da África. Nesse rumo, Cabral avistou no dia 22 de abril de 1500 terra no horizonte - era a costa brasileira perto de Porto Seguro - e desembarcou, dois dias depois, entrando em contato com os indígenas. (MAINKA apud TOLEDO, 2012, p. 46)

Assim entendemos que, quando os portugueses desembarcaram nas terras brasileiras, encontraram uma situação muito diferente daquelas já vistas em outras colônias suas como Cabo Verde, Madeira e Açores. Era um território habitado por nativos de costumes e hábitos particulares. Eles viviam num ambiente muito distinto das referências europeias. Ficaram os visitantes aqui por poucos dias e conforme nos diz Coutinho:

A fauna e flora tropical são descritas com espanto pelas suas peculiaridades desconhecidas dos relatores e nomeadas como maravilhas, solução para a tarefa contingente de sistematizar de dar forma ao conjunto plural e informe de conteúdos recém-ingressados na história. E a essas maravilhas, construídas sob um eixo semântico duplo, ora de positividade, ora de negatividade, soma-se o elemento que não poderia faltar, o tom eufórico que fornecera o respaldo ideológico para a consolidação da conquista. (in REVISTA DA BIBLIOTECA MARIO DE ANDRADE SÃO PAULO, 2000, p. 22, vol.58).

Nessa citação vemos que além de uma natureza exuberante, terras férteis, temos a contradição ao olhar do conquistador, sua racionalidade, o seu domínio sob as armas.

A princípio, a terra recém-descoberta ficou em segunda opção, já que o comércio das Índias e asiático apresentavam serem mais rendáveis, mesmo com todo o entusiasmo pela nova descoberta e tudo o que se poderia retirar dela, foi somente “em 1503 [que] veio de fato uma frota de seis embarcações, reduzidas logo à metade pelo naufrágio da capitania, junto à ilha depois chamada Fernão de Noronha (...)” (ABREU, 1988, p.37).

A Coroa não iniciou novas expedições, mas, pretendendo a plena posse e o monopólio do comércio, deu privilégios e licenças de exploração a comerciantes interessados. Em função disso:

Portugal considerava a nova terra propriedade direta e exclusiva da Coroa, pelas concessões papais, pelo tratado de limites concluídos com a Espanha e pela prioridade do descobrimento. O rei tirava porcentagem dos gêneros levados para além-mar; os armadores queriam auferir lucros de seus esforços e capitais. (ABREU, 1988, p.41)

Dessa forma, a colonização só viria a florescer quase meio século depois e para povoá-las foram enviados Tomé de Sousa que seria o Governador- geral, os cinco missionários jesuítas, entre eles Padre Nóbrega e mais mil pessoas, inclusive os degredados, os inconvenientes ao reino e todo o regimento que seria aqui aplicado. “A expedição, partindo de Lisboa no dia 1 de fevereiro de 1549, abrangeu cinco navios; além dos três navios oficiais, havia dois navios privados (...)” (MAINKA in TOLEDO, 2012, p. 70)

Ao enviar Tomé de Sousa e instituir o Governo Geral, Dom João III iniciou uma etapa importante para a organização administrativa da Colônia. Esse início de um governo geral também representou a fixação de um polo administrativo na Colônia, desempenhando com afincamento a centralização da administração, porém as limitações dos poderes do Governador Geral contribuíam para um atraso no desenvolvimento das capitanias.

O regimento que instituía as funções do Governador Geral assinado pelo Rei, trazia também instruções de garantia de posse territorial, organização de rendas para a Coroa, distribuição de cargos para a realização dessas finalidades. Tomé de Sousa ficou encarregado de:

fazer uma fortaleza e povoação grande e forte em um lugar conveniente para daí se dar favor e ajuda às outras povoações e se ministrar Justiça prover nas coisas que cumprirem o meu serviço e aos negócios da minha fazenda e a bem das partes e por ser informado que a Bahia de Todos os Santos é o lugar mais conveniente da costa do Brasil para se poder fazer a dita povoação e assento assim pela disposição do porto e rios que nela entram como pela bondade abastança e saúde da terra e por outros respeitos hei por meu serviço que na dita Bahia se faça a dita povoação e assento e para isso vá uma armada com gente de artilharia arma e munição e todo que mais for necessário. (ALVES FILHO, 1999, p. 50)

Vale lembrar que o Governador-geral não detinha todos os poderes, recebendo ordens diretas da Coroa, através de cartas que, embora enviadas com pouca frequência, contribuíam para o atraso no desenvolvimento das capitanias.

As capitanias – donatarias não constituem, portanto, necessariamente, formas de implantação inicial em novos territórios, surgindo antes quando se pretende desenvolver um tipo específico de colonização ligado à apropriação em profundidade dos novos territórios e à sua rentabilidade agrícola.

As capitanias – donatarias (gozando formal e juridicamente de proximidade com os senhorios metropolitanos) constituíram instrumentos poderosos de implantação e fixação em territórios desertos, ou de população escassa, sem capacidade de resistência, onde se pretendia a introdução duradoura e relativamente pacífica da influência portuguesa, cabendo ao donatário o estímulo do povoamento, a distribuição das terras em sesmaria e a administração superior. A coroa, na impossibilidade de povoar e administrar diretamente e por sua conta os novos territórios, encontrou nesta forma de administração um meio eficaz, concedendo ao donatário poderes e privilégios que tinham como contrapartida os investimentos visando o desenvolvimento desses territórios. (HESPANHA e SANTOS, 1993, p.399)

Como vimos a oferta para vir às novas terras foi feita a todos e entre os donatários que vieram não havia nomes da alta nobreza ou do grande

comércio de Portugal. Os que mais aceitaram tal oferta foram os pequenos burgueses, médios comerciantes, lavradores, a pequena nobreza, pessoas que aportaram aqui, arriscando todos os seus recursos.

Nas mãos, traziam documentos oficiais em que o Rei, declarava doação e estabelecia tributos, impostos. Abreu ressalta que:

Os donatários poderiam fundar vilas, com termo, jurisdição (...) poderiam livremente dar terras de sesmarias, exceto à própria mulher ou ao filho herdeiro. Para os donatários poderem sustentar seu estado e a lei de nobreza, eram-lhe concedidas dez léguas de terra ao longo da costa, de um a outro extremo da capitania, livres e isentas de qualquer direito ou tributo exceto o dízimo (...) (ABREU, 1998, p. 48).

Dessa forma, os donatários tinham amplos poderes e cabia a eles a responsabilidade de desenvolver suas terras, povoar tudo à sua própria custa. Para que houvesse uma realização pessoal diante de tanta madeira e a expectativa de encontrar ouro, foi necessário que os portugueses investissem em material humano, onde os lusos viram no índio uma mão de obra barata e, mesmo com a proteção que recebiam da Coroa, milhares deles foram escravos por séculos, mesmo diante das várias intervenções dos missionários jesuítas.

Considerações políticas fizeram com que a Coroa se decidisse por povoar o Brasil e com o auxílio da Companhia de Jesus, que vinha para essa terra com o objetivo de salvar almas dos nativos e dos portugueses que para cá viessem com o Governador, na função de representar o próprio Rei nas novas terras.

A Companhia de Jesus, conceituada ordem religiosa, desembarcou nas terras brasílicas junto com Tomé de Sousa, que pediu ao rei, a companhia do Padre Manuel da Nóbrega, “um dos primeiros civilizadores desta terra, representa papel importante na sociedade brasileira e exerceu tanta influência que seu nome será sempre lembrado.” (CABRAL, 1886 apud NÓBREGA, 1988, p. 16) e sob seu comando vieram mais cinco jesuítas: os Padres Leonardo Nunes, Antonio Pires, Joao Azpilcueta Navarro, Vicente Rodrigues e Diogo Jácome.

Assim se refere o Padre Manuel da Nóbrega, à sua chegada, em terras do Brasil:

Chegamos a esta Bahia a 29 dias de mês de março de 1549. Andamos na viagem oito semanas. Achamos a terra de paz e quarenta ou cinquenta moradores na povoação que antes era; receberam-nos com grande alegria e achamos uma maneira de igreja, junto da qual logo nos aposentamos os padres e Irmãos em umas casas a par delas, que não foi pouca consolação para nós para dizermos missas e confessarmos. (NÓBREGA, 1988, p.71)

A primeira impressão escrita pelo Padre é sobre uma terra de paz, muito semelhante a Pero Vaz de Caminha, a impressão que eles tiveram de aconchego e acolhimento, trouxe tranquilidade naquele momento.

Dois dias após sua chegada, um acontecimento nas terras brasílicas inaugurou a chegada da Companhia de Jesus, foi à realização da primeira missa celebrada pelo padre Manuel de Nóbrega.

Nas cartas, havia a descrição dos primeiros contatos dos europeus com os nativos, onde expressavam a manifestação do Espírito Santo ao espalhar o sentimento de conversão das almas, sentimentos vividos na vida de cada missionário. Esta era uma das cartas em que Nóbrega escreveu ao Padre Simão relatando esse acontecimento

Todos estes que tratam conosco, dizem que querem ser como nós, (...). Si ouvem tanger a missa, já acodem e quanto nos vêm fazer, tudo fazem, assentam-se de joelhos, batem nos peitos, levantam as mãos e ao Céu (...). Diz que quer ser cristão e não comer carne humana, nem mais de uma mulher e outras cousas; somente que há de ir à guerra, e os que captivar, vende-los e servir-se deles, porque esta terra sempre tem guerra (...) (NOBREGA, 1988, p.72).

Esta carta mostra a aspiração do padre em ver no índio o “desejo” de ser igual a ele, identificar no nativo a vontade de se tornar cristão e a busca pela fé. E através dessas cartas os padres descreviam os primeiros contatos que os portugueses tiveram com os indígenas, e com o passar do tempo os conflitos de cultura são relatados com um sentido até mesmo negativo, referindo-se a eles como selvagens, sem lei, sem rei. Nesta passagem de uma carta, Nóbrega escreve:

Poucas letras bastariam aqui, porque tudo é papel branco, e não há que fazer outra coisa, senão escrever à vontade as virtudes mais necessárias e ter zelo em que seja conhecido o Criador destas suas criaturas. (1988, p.94).

Percebemos com isso que os jesuítas não conseguiam ver nos nativos nenhuma forma de cultura, de religiosidade, era uma sociedade que não vivia nos moldes, dos costumes europeus. Não tinham religiosidade nos moldes europeus, não possuíam uma estrutura educacional, mais sim uma educação de caráter natural e oral, e mesmo ingênua no sentido amplo. Essas características resultaram num conflito de realidades, eram duas culturas diferentes se conhecendo. E devido a essa realidade, as formas e os conceitos diferentes de vida desse povo, é que os jesuítas sentiram a necessidade e a importância de catequizá-los. Podemos compreender, com Couto que:

A actuação evangelizadora dos jesuítas centrou-se na catequese geral, no baptismo dos curumins e sua educação crista, na conversão dos principais e no baptismo dos moribundos. Os inacianos compreenderam rapidamente que a doutrinação dos Tupis-guaranis somente teria um caráter perdurável se concentrassem os seus esforços na educação das crianças. (1997, p.318).

Essa concepção portuguesa referia-se a uma estrutura europeia, a qual os jesuítas não conseguiam identificar por aqui, devido à doutrina rígida e com trabalho de alicerçar almas já salvas e salvar as que não conheciam os verdadeiros valores cristãos, em uma sociedade que não questionava suas crenças, costumes e hábitos.

Dessa forma, usaram a religião como meio de salvação da alma perante o único Deus justo e criador de tudo existente no mundo. Essa atitude demonstra a maneira como a colonização portuguesa foi imposta aos índios, fundamentada no ser humano pecador e necessitado da salvação de sua alma, sob o olhar de Deus piedoso. Na carta referente ao Quadrimestre de Janeiro de 1557, Nóbrega escreve ao Padre Loiola contando da prisão de um feiticeiro e o quanto isso os havia ajudado:

O Governador vendo que sucedia tão bem à prisão do feiticeiro e que tanto fruto disso saiu (...), o que impediam a palavra do

Evangelho do Senhor; do que resultou muito maior bem, e os Índios se sujeitaram com isso mais, e fizeram muito nossos obedientes; assim que por experiência vemos que por amor é mui dificultosa a sua conversão, como é gente servil, por medo fazem tudo, e posto que nos grandes por não concorrer sua livre vontade, presumimos que terão fé no coração; os filhos criado nisto ficarão firmes cristãos, porque é gente que por costume e criação com sujeição farão dela o que quiserem, o que não será possível com razões nem argumentos. (1988, p. 159)

Aqui Nóbrega considera a possibilidade da catequização por meio da força, acreditando ser a maneira mais prática na conversão indígena, não que a fé nasceria da imposição da religião católica e na crença em Deus, mas por temerem a falta de liberdade, os índios se sujeitariam a conversão e tornaria possível que uma futura geração de índios criados por pais convertidos e mantidos na fé teria mais dificuldade de voltar aos costumes de sua tribo. Percebe-se com isso a missão de salvar as almas pagãs dos indígenas ao cristianizá-los e com isso, transformar o nativo em um ser humano “civilizado”, educando-o nas normas da sociedade europeia do século XVI, para tal era fundamental acabar com toda a base da cultura indígena de forma radical, pois ela não condizia com o pensamento mercantilista com a acumulação de riquezas e a vestimenta do colonizador, até porque esses hábitos cotidianos indígenas estavam muito longe do que os jesuítas entendiam por cultura. Faziam isso em nome de Deus e do Rei.

Nesta tarefa os jesuítas sentiram a necessidade de construir moradias e escolas, pois os padres acreditavam que as crianças indígenas, se afastadas dos seus iguais, não ficariam tentadas a voltar para sua aldeia, aos seus pais, às tentações. Seriam, pois, educadas à maneira europeia.

No trecho da carta do Padre Anchieta a escola de Piratininga, em 1555, podemos verificar essa modificação nos hábitos dos indígenas:

Temos uma grande escola de meninos Índios, bem instruídos em leitura, escrita e em bons costumes, os quais abominam os usos de seus progenitores. São eles a consolação nossa, bem que seus pais já pareçam mui diferentes nos costumes dos de outras terras; pois que não matam, não comem os inimigos, nem bebem da maneira dantes o faziam. (1988, p. 89)

A confiança dos jesuítas, como vimos nesta leitura, em crer que separando as crianças de seus pais, elas não voltariam aos maus hábitos, davam – lhes a esperança que conseguiriam salvar essas almas, pois acreditavam que uma vez cristão, sempre cristão. E a construção do Colégio foi sendo realizada; os missionários acreditavam ser mais adequado e seguro para os ensinamentos dos bons costumes e da gramática aos meninos da aldeia e aos órfãos trazidos de Portugal.

Nesta carta escrita ao Padre Simão, em 1549, retiramos um trecho onde Nóbrega descreve a escolha do local onde foi construído o Colégio

Eu trabalhei por escolher um bom logar para o nosso Collegio dentro na cerca e somente achei um, que lá vai por mostra a Sua Alteza, o qual tem muitos inconvenientes, porque fica muito junto da Sé e duas igrejas juntas não é bom, e é pequeno porque onde se há de fazer a casa não tem mais que dez braças, posto que tenha ao comprido da costa quarenta, e não tem onde se possa fazer horta, nem outra cousa, por ser tudo costa mui ingreme, e com muita sujeição da cidade. E, portanto a todos nos parece melhor um teso que está logo além da cerca, para a parte donde se há de estender a cidade, de maneira que antes de muitos anos podemos ficar no meio, ou pouco menos da gente, e está logo ai uma ladeira perto, onde nós começamos a batizar, em a qual já temos nossa habitação. Esta sobre o mar, tem água ao redor do Colégio, e dentro dele tem muito lugar para hortas e pomares; é perto de Cristãos, assim velhos como novos. (1988, p.83)

O pedido de terra para a construção do colégio, a plantação de alimentos para sua manutenção, e o que fosse necessário, fez com que os padres pudessem administrar de forma mais organizada seus trabalhos e alcançarem seus objetivos de salvar as almas e conservar as que são convertidas na fé cristã. Com o tempo, os padres jesuítas foram viver junto aos índios no intuito de obter uma maior quantidade de informações necessárias e talvez suficientes para melhor persuadi-los, utilizando cantos e teatros, para a conversão na fé católica.

3- CAPÍTULO III - O OLHAR DOS JESUÍTAS SOBRE A CULTURA

3.1. Uma discussão sobre as fontes

Basearemos este item em um entendimento das características das cartas escritas, no século XVI, pelos padres Nóbrega e Anchieta, como forma de melhor compreendermos seu uso como fonte de estudo para compreender a época.

Para tanto vamos responder algumas perguntas que nos trarão mais luz ao que estamos analisando: O que é uma carta? Como elas foram escritas? Conforme nos diz Tin, referindo-se à tradição grega de Demétrio, sobre a escrita das cartas, comparada a um diálogo, uma carta dever ser “rica na descrição dos caracteres, pois se pode dizer que cada um escreve a carta como retrato de seu próprio ânimo, sendo ela a forma de composição literária em que mais se pode ver o caráter do escritor.” (TIN, 2005, p.19)

Da mesma maneira, o estilo e a extensão, “ambos devem ser ordenados cuidadosamente, para não se transformarem em tratados em forma epistolar”. (TIN, 2005, p. 19)

Para Demétrio “a carta deve ser livre. Deve ser expressão breve de um sentimento amistoso e a exposição de um tema simples em termos simples.” (in TIN, 2005, p. 20)

A carta nos mostra o que estava ocorrendo, por isso devemos tomar cuidado: “Pressupondo que a observação do modo como a carta constitui e orienta a própria leitura explicita a historicidade dos critérios de verossimilhança da sua escrita.” (HANSEN, 1995, p. 88)

Existe a necessidade de tomarmos cuidado com o que temos em mãos, com a sua organização, com a sua tradução para um português mais atual, a maneira como foram editadas em uma ordem cronológica e termos a consciência de que não estamos lendo da maneira que seus destinatários leram, pois tinham mais tempo para refletir e responder. Na nossa leitura,

quando viramos uma página, é apenas o tempo de uma página, enquanto para os remetentes e destinatários, era o tempo de meses ou até mesmo anos.

Esse trabalho foi feito com as cartas editadas, o que ampliou nossa distância com relação a essas fontes, pois ainda existem as cartas censuradas, outras que provavelmente foram perdidas, que não se encontram incluídas neste trabalho. Sabendo disso, nos preocupamos com um fator importante na leitura, a estrutura de cartas escritas nos anos de 1549 a 1594. Elas eram cartas de autoria de padres e nós só tivemos acesso às cartas enviadas e não sabemos as respostas. Esta análise que faremos das cartas, nos orientará ao entendimento desses documentos.

As cartas jesuíticas conforme diz Hansen (1995, p. 88) “é discurso que se apropria do modelo paulino da epístola e do ciceroniano da carta” e Tin (2005, p.20) em seu livro, nos mostra que segundo Cícero:

Contudo as cartas dirigidas ao Estado ou pessoas reais, devem adotar um tom ligeiramente elevado, levando-se em conta a pessoa a quem se escreve. Reafirma que a elevação do estilo não deverá chegar ao ponto de se ter um tratado no lugar de uma carta. Conclui que a carta de modo geral, quanto ao seu modo de elocução, deve mesclar os estilos, graciosos e simples, sendo como uma das partes de um diálogo.

São cartas escritas em terras brasílicas com destino a Metrópole e a outros lugares no Brasil, como estaremos falando de dois padres, iremos separa-los para melhor entendê-los, fazendo isso, possuiremos dados que nos possibilitarão a compreensão das cartas individualmente e depois uma comparação das cartas e seus conteúdos.

Como diz Aguiar (2012, p. 55) “no entanto, não basta que possamos entendê-las. Precisamos, como propõe Ginzburg, de um olhar que parta do estranhamento do óbvio”. E é a partir daí que nos perguntamos O que são as cartas de Nóbrega e do Anchieta? Por que escreveram? Para quem escreveram? Para que fosse possível uma resposta foram feitas categorias sobre as cartas, para uma melhor visualização e dessa forma podermos observar seus destinatários, seu conteúdo, seu significado.

Escrever cartas era o único meio de se comunicar à distância naquela época, era um meio particular onde se explanava algo que estava acontecendo

naquele momento ao destinatário que igualmente era distinto. Já na tradição grega, Demétrio alerta ao ato de que:

A carta deve ser algo mais elaborada que o diálogo, pois, enquanto o diálogo imita alguém que improvisa, a carta de outra forma, é escrita e enviada a alguém, como se fosse um presente. Ainda assim, deve-se adotar na carta um estilo mais simples, pedestre, de maneira que mais se aproxime de uma conversa entre amigos do que da demonstração pública de um orador. (in TIN, 2005, p. 19)

Como, de acordo com Tin, essa tradição chega até a escrita das cartas no século XVI, dessa maneira conseguimos ter uma noção do quanto os padres que estavam em terras brasílicas necessitavam comunicar-se com os demais Membros da Ordem, ora relatando um acontecimento, fazendo um pedido, agradecendo, pedindo orientação ou informando seus superiores. Para Cícero, na tradição romana, existem dois tipos de diferenciação de cartas as *letterae publicae* e *privatee*, admitindo distintas linguagens para cada uma:

as cartas devem adaptar-se às circunstâncias e ao temperamento de seus destinatários (*Epistulae ad familiares* 2,4,1; *Epistulae ad atticum* 9,4,1), devendo ser escritas no estilo apropriado (*Epistulae ad familiares* 15,21,4) que pode ser o das conversas cotidianas (*Epistulae ad familiares* 9,21,1), atentando-se, contudo, para a correta utilização dos gracejos (*Epistulae ad familiares* 2,4,1). Nesse sentido, a clareza do texto consistirá, sobretudo, na disposição ordenada da matéria. (in TIN, 2005, p. 22)

Sendo assim, as cartas devem se adaptar ao temperamento de quem escreve para que o destinatário que a receba sinta como se estivesse conversando com a pessoa, por isso tem que haver uma clareza no contexto. Para isso, as cartas jesuíticas utilizavam o modelo paulino da epístola e do ciceroniano da carta (HANSEN), nelas existe sempre uma saudação, uma narração e conclusão.

Para Maria Nieves Muñoz Martín (in TIN, 2005, p. 22), a narração epistolar assinala não somente para a informação, mas era uma maneira de persuadir o leitor, acreditando que o destinatário soubesse de acontecimentos anteriores.

Isto posto, o *docere*, que corresponde ao relato expositivo, é complementado pelo *movere*, um meio emotivo da *persuasio* que se obtém mediante o encarecimento próprio do uso dos afetos. (MARTIN apud TIN, 2005, p. 22)

Para Martin a carta ciceroniana divide-se em três partes em sua estrutura:

O contato é estabelecido por meio da abertura”, que é a parte que prepara para o encontro, identificando e aproximando o remetente do destinatário. O setor central representa o encontro como substituto da comunicação oral; a conclusão finaliza esse contato e permite, mediante seus elementos, que este se realize novamente. (in TIN, 2005, p. 22)

Verificamos assim que toda carta possui uma estrutura, um protocolo a ser seguido, primeiro se faz uma abertura que é a saudação, seja para um amigo ou para um governante, na saudação tenta-se chamar a atenção do destinatário que está sendo “lisonjeado” com a intenção que ele sinta interesse em dar continuidade a leitura. No setor central narram-se os acontecimentos, fatos cotidianos, experiências vividas e a situação que o remetente se encontra. Já na conclusão, que é a finalização da carta, pode vir acompanhada de um pedido, de um desejo. É o que veremos nas cartas dos padres jesuítas.

Começaremos com o padre Manoel da Nóbrega, que escreveu do ano de 1549 até 1560. Foram 21 cartas, que estão publicadas no livro Cartas do Brasil, das quais 20 delas seu conteúdo se designa a narrar algo que envolvesse os indígenas. De acordo com Valle Cabral que faz a introdução, as cartas originais encontram-se na Biblioteca Nacional, outras no Instituto Histórico e na Torre do Tombo de Lisboa, outras ainda no cartório do Colégio da Bahia. (NÓBREGA, 1988, p. 11)

Das 20 cartas que selecionamos por tratarem de temas voltados aos indígenas, encontramos 11 destinatários. Estes destinatários eram todos portugueses. Dessas cartas cinco foram destinadas ao Padre Mestre Simão, quatro aos padres e irmãos de Coimbra, três delas ao El-Rei D. João, duas ao provincial de Portugal, uma a Ignácio de Loyola, uma outra a Ignácio de Azevedo, outra a Thomé de Sousa, uma ao Infante Cardeal D. Henrique e outra ao padre Ignácio.

No que diz respeito às temáticas tratadas, escolhemos duas categorias de análise. Essas categorias são: Cosmovisão (as comidas, as festas, as moradias, as guerras, antropofagia, rituais, pajé, feiticeiros) e a Aculturação (Doutrina, catequese, batismo, conversão, escravos, roupas, escolas, convivência, aldeamento, trabalho).

Dezenove cartas tratam da Aculturação e as outras dezoito cartas, tratam da Cosmovisão. Percebemos que Nóbrega trata de questões da aculturação em praticamente todos os momentos em que escreve.

O padre Nóbrega escreveu muitas cartas sobre os acontecimentos no Brasil e sobre isso o padre Antônio Franco nos diz:

Naqueles primeiros tempos escreviam-se muitas cartas pelos padres e irmãos dos serviços que a Deus ali se faziam, e estas em Portugal se iam lançando em livros, onde hoje as temos; e lá não ficavam originais nem cópias; pois era tanto o que havia que fazer, que o tempo para escritura era muito pouco. (1988, p. 11)

Em 1549 o padre Nóbrega escreve sua primeira carta em solo brasileiro; nela ele narra de maneira mais extensa e de forma direta a sua chegada, do povo caloroso, da terra “boa e sã” (p.75), nativos sem conhecimento religioso “é gente que nenhum conhecimento tem de Deus” (p.73), celebraram missa, confessaram, alerta que as pessoas vivem em pecado mortal nesta terra, que os indígenas têm muito desejo de aprender, que vão a guerra “andam todos em discórdia, comem-se uns a outros” (p.73), que querem se vestir “não podemos deixar de dar a roupa que trouxemos a estes que querem ser cristãos” (p.74). Nóbrega conta de maneira confiante e entusiasmado as novidades da nova terra.

No que diz respeito à estrutura da carta, percebemos, em outra carta mais longa, o padre Nóbrega escreve a El-Rei no ano de 1551, sua saudação é breve porém formal, pois se dirige ao rei de Portugal, vejamos: “A graça e amor de Cristo Nosso Senhor seja com Vossa Alteza sempre. Amém”. (p.123)

Após ele captar a benevolência do destinatário começa a narrar, que seria a parte central, os maus costumes de Pernambuco, os eclesiásticos participando destes maus costumes “viviam a mesma vida e com mais escândalo e alguns apostatas, e por todos assim viverem não se estranha

pecar” (p.123), reclama da falta de justiça e diz que Duarte Coelho “é já velho e falta-lhe muito para o bom regimento da Justiça” (p.124), faz pregações, pede escravos de Guiné, mulheres órfãs para outras capitanias e elogia o Colégio da Bahia. Conclui a carta dizendo: “Cesso pedindo a Nosso Senhor Ihe dê sempre a conhecer sua vontade santa para que, cumprindo-a, seja aumentada sua Fé Católica para a gloria do nome santo de Jesus Cristo Nosso *Senhor qui est benedictus in saecula*” (p.127). Observamos que a escrita é mais cerimoniosa, com informações mais formais, traz ao destinatário relatos sobre os obstáculos e complexidade nos trabalhos diários e finaliza desejando ao rei, o aumento na fé.

As cartas escritas pelo padre José de Anchieta correspondem aos anos de 1554 até 1594 e foram editadas no livro “Cartas: informações, fragmentos históricos e sermões”, nele constam 38 cartas, das quais 17 delas se referem aos indígenas.

Nas notas preliminares de acordo com Afrânio Peixoto, as cartas de Anchieta, encontramos, “em castelhano, uma carta de 1555” (p. 17), duas “vertidas para o italiano” (p.17), outra carta de 1560 na versão italiana, outras “do latim em castelhano” (p.18), encontram-se cartas na Academia Real das Ciências de Lisboa, a Biblioteca Nacional de Lisboa, a casa de São Roque de Lisboa, nos Annaes do Rio de Janeiro. São diversas as cartas de Anchieta que foram publicadas como, por exemplo, por Teixeira de Melo e Capistrano de Abreu.

Esse códice de Capistrano que enfeixa as publicações de Teixeira de Melo no “Diário Oficial”, prova que – ou não conheciam outras cartas – ou só estas iam publicar, como as de Anchieta. Há a limitação de datas 1554-1569. A limitação diz isso. Será um depoimento ainda mais do valor do nosso volume, muito mais rico de documentos, que vão até 1594.” (Anchieta, 1988, p. 19)

Foram dezessete cartas neste livro que se referem aos indígenas e encontramos oito destinatários diferentes. Dessas cartas seis delas não contém o anúncio do destinatário, quatro delas ao padre Geral Diogo Lainez, duas ao Padre Geral e uma de cada a Padre Inácio de Loiola, Padres e Irmãos da

Companhia de Jesus, Capitão Diogo Mirão, Capitão Jeronimo e Padre Geral Claudio.

As cartas foram organizadas nas mesmas categorias das do padre Nóbrega. Na categoria da Cosmovisão foram 16 cartas e 17 cartas referem se a Aculturação. Foi percebido que o números de cartas referentes a cada categoria são muito semelhantes a do Padre Nóbrega.

O padre José de Anchieta segue as mesmas estruturas de cartas que o padre Nóbrega usou e já descritas anteriormente, mas podemos nos perguntar: As cartas são semelhantes em que? Diferente em que? dessa forma ainda que seja uma amostra pequena, conseguiremos verificar nas cartas uma considerável narração dos trabalhos jesuítas nas terras brasílicas.

Na carta escrita por José de Anchieta de maio de 1560, uma das mais longas, onde se dirige ao seu superior, percebe-se claramente o modelo epistolar sendo usado, vemos pela explicação de Aguiar, resumindo um manual de escrita de cartas do século XII que teve repercussões nos séculos seguintes, que saudação apresentam-se sob três tipos:

prescrita, com o nome do destinatário escrito primeiro, seguido por suas qualificações: subscrita, com o nome do destinatário ao fim, com todas as suas qualificações; circunscrita, com o nome do destinatário “escrito em vários lugares. (AGUIAR, 2012, p. 75)

Vejamos um exemplo na carta citada acima:

A paz de Cristo seja conosco.
Pelas tuas cartas, que há pouco nos chegaram as mãos, vimos Reverendo Padre em Cristo, que desejas (para que se atenda ao voto desejos de muitos) que escrevemos acerca do que suceder conosco que seja digno de admiração ou desconhecimento nessa parte do mundo. Conformando-me com tão salutar mandado, cumprirei diligentemente, quando me for possível, a prescrita obrigação. (ANCHIETA, 1988, p. 113)

A abertura, a saudação se mostra formal, devido ao respeito hierárquico jesuíta, mas buscando a benevolência do destinatário, o setor central que é a narração dos acontecimentos, neste caso foi longo pois tratava de vários assuntos e a para finalizar a carta faz necessário uma conclusão, como segue o exemplo abaixo da mesma carta:

Narrei essas coisas brevemente, como pude, posto que não duvides que haja muitas outras dignas de menção, que são desconhecidas a nos, ainda aqui pouco práticos. Rogamos entretanto aos que achem prazer em ler e ouvir estas coisas, queiram tomar o trabalho de orar por nós e pela conversão deste país.

Escrito em São Vicente, que é a última povoação dos Portugueses na Índia Brasília voltada para o Sul, no ano do Senhor 1560, no fim do mês de Maio.

O mínimo da Companhia de Jesus. (Anchieta, 1988, p. 139)

Anchieta sempre assina, talvez para demonstrar simplicidade, como “o mínimo da Companhia, Servo indigno da Companhia, Ínfimo da Companhia”, enquanto Nóbrega muitas vezes não assinava e outras colocava seu nome na íntegra.

No caso esta conclusão foi feita em forma de pedido, mas ela também pode ser finalizada sem pedido, com uma afirmação ou negação.

A função da carta, segundo Hansen:

A correspondência cumpre, assim, duas grandes funções iniciais: fornece informações sobre o andamento da ação, tratando tanto de negócios exteriores quanto interiores à Ordem e propaga e reforça internamente o controle, a obediência e a piedade da sua *devotio moderna*. (1995, p. 108)

Outra carta do padre Anchieta escrita em 1561 ao padre geral Diogo Lainez (p. 175), vemos uma carta longa onde ele o saúda e demonstra que o outro já sabia dos acontecidos e já começa sua narrativa contando sobre as visitas em outras aldeias, falecimento do irmão Mateus Nogueira, conta desde o que acontece do amanhecer até a finalização das tarefas e encerra a mesma de maneira simples e objetiva num agradecimento cordial.

A semelhança que podemos notar nas cartas de Nóbrega e Anchieta, são o fato delas relatarem detalhes de como é o dia a dia das colônias e da atuação dos jesuítas, e contemplar a finalização dessas narrações afirmando ser em virtude da edificação e que sejam mostradas aos outros padres. A edificação era gerada através dos relatos das conversões, das construções dos colégios, o contato com aldeias distantes, a catequese, fornecendo assim vigor para todos os que estavam envolvidos na Companhia.

O que motivava-os a escrever, parece-nos ser manter aceso essa vontade de cristianizar, de salvar as almas, a manutenção das edificações da Companhia de Jesus na espiritualidade. Podemos verificar esse desejo numa das cartas de Nóbrega escrita em 1559 para Thomé de Sousa:

Dois desejos me atormentam sempre: um, de ver os Cristãos destas partes reformados em bons costumes e que fossem boa semente transplantada nestas partes, que desse cheiro de bom exemplo; e outro, ver disposição no Gentio para se lhe poder pregar a palavra de Deus e eles fazerem-se capazes da Graça e entrarem na igreja de Deus, pois Cristo Nosso Senhor por eles também padeceu, porque para isso fui com meus Irmãos mandado a esta terra, e esta foi a intenção do nosso Rei, tão cristianíssimo, que a estas partes nos mandou (...) (1988, p. 192)

A leitura dessas cartas, que estão editadas, podem ser lidas tanto no mundo acadêmico, filosófico ou por pessoas que não se encontram nestas áreas mas que sejam interessadas pelo passado, pela história e isso não as tornam menos importantes. Devemos sim lê-las observando seu padrão, ordem, categorias, sua escrita cortês e religiosa, da provocação ao discurso a administração do governo e a teologia, a maneira como essas cartas eram movimentadas.

Ao lermos uma carta referente ao século XVI, observamos que elas se parecem, elas seguem um padrão da Companhia de Jesus, elas eram escritas com a finalidade de narrar os acontecimentos e edificar a fé. Não que fosse uma servidão dos padres as regras, mas segundo Serafim Leite sobre a correspondência:

O fato de as cartas serem traduzidas e, depois de censuradas, serem editadas para edificação de um público leigo, na Europa, acompanhava-se da sua remessa para todas as conquistas, de modo que um missionário chinês podia ler sobre a ação de um indiano ou brasileiro e vice-versa. (HANSEN, 1995, p. 108)

Conforme lemos, na edição, as cartas podem ser copiadas, corrigidas, excluídas e refeitas para que o acesso fosse a todos com a finalidade de fortalecer e edificar a Companhia. Aparentemente não é aceitável se acreditarmos na consistência das regras da Companhia para monitorar e

ajustar a elaboração das cartas. O que está escrito nas cartas não tem nada de informalidade já que tem que seguir regras e seu controle de divulgação era rigoroso. Ao mesmo tempo que lemos que são relatos simples do cotidiano e cartas objetivas, apenas para passar informações, em outros momentos podemos verificar contradição, pois elas seguem um roteiro de escrita.

3.2 – Cosmvisão e Aculturação

A sociedade portuguesa quinhentista bem como a linha de conduta dos padres jesuítas que chegaram ao Brasil tinham por objetivo trazer a salvação das almas aqui existentes por meio da conversão dos índios à fé cristã. Partiram de Portugal preocupados com as tarefas determinadas pelo Rei, com seus ideais, suas crenças e sua certeza de salvação do mundo sem levar em conta qual seria a aceitação ou a necessidade desse povo a ser convertido.

Aos olhos da Igreja em especial dos padres da Companhia de Jesus, a tarefa era muito maior do que qualquer desejo individual muito menos seria perguntado aos recebedores dessa graça se eles efetivamente queriam ser salvos, até porque a doutrina cristã-católica especialmente a portuguesa não concebia um homem sem salvação e sem conhecer o Deus único, justo e leal. A visão do paraíso seria muito maior que qualquer esboço de civilização que encontrariam por aqui. Três pontos importantes destacaremos aqui: a convivência, o aldeamento e o trabalho.

3.2.1 – A convivência

A chegada dos portugueses à nova terra eles encontram o Índio, as florestas, as grandes distancias e sofrendo com o abalo deste deslocamento. É importante lembrar que o Brasil Colônia não é Portugal, que agora os portugueses estavam muito distantes de casa e do seu Rei. A nova localização não interferia, por mais desigual que fosse a cultura dos colonos portugueses que aqui agora moravam, porém para os indígenas essa história se desenhava de maneira muito diferente, sua terra começa a alterar, passando a ficar um tanto “civilizado”.

Nesta concepção, é fundamental expor as circunstâncias em que viviam os portugueses no Brasil, mostrar que elas irão modificar a sua maneira de ser, nas ligações com o governo, nas práticas religiosas e no comércio. A imagem que eles tinham da nova terra, uma terra cheia de beleza, de florestas, de água, de animais desconhecidos, de índios, de um clima temperado, veem a distância que agora estão da Metrópole, do movimento da cidade, de uma sociedade civilizada nos padrões portugueses, cristã e cheia de bons costumes.

Faltava, o desafio: uma terra a ser conhecida e colonizada, com poucos recursos, mas com a intenção de descobrir fortunas e, em certos casos, a preocupação da realização pessoal uma vez que o fundamental para os jesuítas nestas terras era a atenção oferecida a salvar as almas dos nativos e a edificação das letras nos mesmos, pois só assim conseguiriam uma fé sólida partindo da alfabetização dos nativos e o desejavam começar já, mesmo que em Portugal nem o povo era alfabetizado. Na primeira carta em que o Padre Nóbrega escreve ao Padre Mestre Simão, 1549, contando de sua chegada ao Brasil ele narra a experiência do Irmão Vicente Rijo:

(...) ensina a doutrina aos meninos cada dia e também tem escola de ler e escrever; parece-me bom modo este para trazer os Índios desta terra, os quais tem grandes desejos de aprender e, perguntados si querem, mostram grandes desejos (NOBREGA, 1988, p. 72)

Vemos que além da consequência deste propósito, importante é considerar os pensamentos dos jesuítas, ensinar as Letras é simbolizar a aceitação dos nativos a cultura portuguesa, era proporcionar a leitura da Bíblia, como meio de devoção e isso assegurava uma atitude cultural intrínseca, afirmando um modelo de sociedade esperado. Provavelmente os jesuítas acreditavam que isso era o melhor para os índios, mas e para os índios? O que seria melhor?

Para a manutenção do sistema cultural era necessário aos padres ingressarem nos órgãos públicos que facilitaria a vinda dos colégios, porém para que isso ocorresse era necessária, por partes dos colonos e dos nativos uma demonstração da devoção na missa, nas orações, na comunidade, no dia a dia do indivíduo e no social com os ensinamentos religiosos,

consequentemente esse poder centralizado, com a utilização do castigo e da força, as diferenças das camadas sociais, a posição menos elevada do povo fortaleciam os elementos culturais. Nóbrega, por exemplo, escreve:

O Governador nos tem escolhido um bom vale para nós; parece-me que teremos agua, e assim m'ó dizem todos. Aqui devíamos de fazer nosso valhacouto, e daqui combater todas as outras partes. Há cá muita necessidade de Vigário Geral para que eles com temor e nós com amor procedendo, se busque a gloria do Senhor. (1988, p. 78)

Segundo Nóbrega, o governador providenciará um bom lugar, onde os jesuítas continuassem na sua missão de alicerçar almas salvas, converter outras que pouco conheciam e entendiam sua doutrina. Muitas foram as imposições feitas aos índios para que ele sentissem e compreendessem sua realidade, imposições como a cultura portuguesa, a religiosidade, os bons costumes, os castigos religiosos, o trabalho escravo, casamento monogâmico, proibição de comer carne humana, forçando-os a exercitar corretamente os sacramentos da Igreja Católica, tais como o batismo, eucaristia, missa, comunhão, pois eram indispensáveis para a solidificação da colônia portuguesa. Nóbrega nos conta em um trecho de sua carta:

Agora vivemos de maneira que temos disciplina às sextas-feiras, e alguns nos ajudam a disciplinar; é pôr os que estão em peccado mortal e conversão deste Gentio, e pôr as almas do Purgatório, e o mesmo se diz pelas ruas, com uma campainha, segundas e quartas-feiras, assim como nos Ilhéos. Temos nossos exames à noite, e ante - manhã uma hora de oração, e o mais tempo visitar o próximo e celebrar, e outros serviços de casa. Resta mi *Pater*, que rogue a Nosso Senhor por seus filhos e por mim, *ut quos deãisti non perdam ex eis quemquam*. Pedimos sua benção. (1988, p. 87).

Neste sentido, exercer a fé era o momento pleno para que os missionários conseguissem atingir o propósito fundamental para a evangelização cristã nas novas terras brasileiras. Praticar a fé para os padres jesuítas do século XVI, não foi uma incumbência fácil.

Para conseguirem evangelizar, os jesuítas precisavam de um conhecimento espiritual de máxima grandeza com o propósito de alicerçar esta

fé para evitar desvios de conduta. Como muitos portugueses que já habitavam o Brasil quinhentista, ficaram por muito tempo muito distantes da Metrópole, também apresentavam esses desvios de conduta, o mais comum a época era que, alguns cristãos tinham muitas mulheres, indo contra as leis da Igreja. Como lemos em uma pequena parte da carta de Nóbrega ao padre Simão, em 1550:

Visitando os povos vizinhos desta terra, confessei a muitos e grande fructo se fez, poruqe muitos deixaram os pecados e tomaram por mulheres as concubinas ou as abandonaram, posto que entre estes se vem muitos Christãos que estão aqui no Brasil, os quaes tem não só uma concubina, mas muitas em casa, fazendo baptizar muitas escravas sob pretexto de bom zelo e para se amancebar com ellas, cuidando que por isso não seja peccado, e de par com estes estão alguns Religiosos que cahem no mesmo erro de modo que podemos dizer: *Ommes commixti sunt inter gentes et didicerunt opera eorum*

Nesta terra, todos ou a maior parte dos homens, tem a consciência pesada por causa dos escravos que possuem contra a razão, além de que muitos, que eram resgatados aos paes não se isentam, mas ao contrário ficam escravos pelas astucia que empregam com elles e por isso poucos há que possam ser absolvidos não querendo abster-se de tal pecado nem de vender um a outro, posto que nisto os repreenda, dizendo que o pae não pode vender o filho, salvo em extrema necessidade, como permitem as leis imperiais, e nesta opinião tenho contra mim o povo e também os confessores daqui e assim Satanaz tem de todo presas as almas desta maneira e muito difícil é tirar este abuso, porque os homens que aqui vêm não acham outro modo sino viver do trabalho dos escravos, que pescam e vão buscar-lhes o alimento, tanto os domina a preguiça e são dados a cousas sensuais e vícios diversos e nem curam de estar excomungados, possuindo os ditos escravos.(1988, p. 109).

A despeito desses acontecimentos, os missionários jesuítas não abandonaram seus objetivos e colocaram em ação sua primeira intenção que mediava também a manutenção dos bons costumes reconhecidos como corretos para a formação de uma sociedade cristã.

Por fim, para que a religiosidade cristã fosse realmente percebida como imposição cultural forte e com legitimidade dos nativos, tornou-se indispensável que a figura dos jesuítas fosse vista como o emissário da verdadeira fé possível, salvadora e acessível aos infiéis e aos indígenas. Fé essa apropriada também para salvar doentes e, portanto dessa maneira iria desmitificando a

importância e o interesse dos pajés das tribos, aumentando o interesse dos indígenas. Anchieta em sua carta a Piratininga em 1554 diz:

Uma criança de quatro ou cinco anos de idade, assaltada de grave enfermidade, rogava muitas vezes em prantos à mãe que a trouxesse ao templo, e a mesma criança, gemendo diante do altar dizia na sua própria língua: Ó Padre cura-me! Esta, interrogada por seu pai, se porventura queria que lhe chamassem aquele feiticeiro para lhe aplicar o remédio, chorando com grandes lamentos lançou-se por terra, dizendo que, não com o dele, mas com o auxílio de Deus lhe seria restituído o antigo vigor: o que o mesmo Senhor operou, pois, aplicado pelos nossos Irmãos um certo remédio, recobrou a não esperada saúde. (1988, p. 52)

Enfatizar essa fé capaz de curar enfermos mostra o começo da tentativa de desmistificar a representatividade e importância dos pajés de cada tribo, os missionários se colocam na posição de desqualificá-los apontando que são falsos e que não possuíam a fé cristã ao destacar como faz nesta mesma carta citada acima, agora em outro trecho:

Aqueles feiticeiros de que já falei são tidos por eles em grande estimação, portanto chupam aos outros, quando são acometidos de alguma dor, e assim os livram das doenças e afirmam que tem a vida e a morte em seu poder (ANCHIETA, 1988, p. 52)

Essas práticas culturais de curas realizadas pelos pajés eram vistas como insensatas. Todos esses acontecimentos vivenciados com o pajé era inaceitável pelos jesuítas, visto como algo incompreensível, associando a falsidade e ao demônio. Questionar, desacreditar a cura realizada pelos pajés, era o propósito dos jesuítas o que não foi difícil, visto que os indígenas em algumas situações começaram também a duvidar da cura e assim aproveitavam para dizer aos nativos que o pajé fazia não era verdadeiro. Conforme nos mostra Anchieta em sua carta dirigida ao Padre Geral:

(...) em uma certa aldeia de Índios, a que vim com alguns sacerdotes aplicar a medicina da alma e do corpo a um enfermo, encontramos um feiticeiro de grande fama entre os Índios, o qual, como o exortássemos muito que deixasse de

mentir e reconhecesse um só Deus, Criador e Senhor de todas as coisas, depois duma (por assim dizer) longa disputa, respondeu “Eu conheço não só Deus, como o filho de Deus, pois há pouco, mordendo-me o meu cão, chamei o filho de Deus que me trouxesse remédio; veio ele sem demora e, irado contra o cão, trouxe consigo aquele vento impetuoso, que soprou há pouco para que derrubasse as matas e vingasse o dano que me causara o cão”. Assim falou ele, e respondendo-lhe o sacerdote: “Tu mentes!”, não puderam conter o riso as mulheres já cristãs às quais ensinamos as coisas da fé, escarnecendo de certo da estultícia do feiticeiro. (1988, p. 115)

Dessa forma, os missionários viram no pajé um inimigo que eles precisavam destruir, fazendo com que os índios deixassem de acreditar no que ele falava. Os indígenas deveriam acreditar nos recursos utilizados pelos padres que empregavam doutrina religiosa para manifestar o Deus verdadeiro, que curava a quem cresse Nele. É possível notar a imposição da doutrina e as mudanças no comportamento cultural dos nativos ao procurar o auxílio dos padres.

O pajé era visto pelo nativos, como o detentor dos fenômenos sobrenaturais, do perigo e por isso era respeitado, temido. Cuidava dos doentes, abençoava o plantio, as guerras, utilizava a dança e o canto para falar com os espíritos. Seu contato na aldeia era o principal, vivia isolado e era tratado com grande manifestação quando esse ia visitar uma aldeia, pois eles podiam trazer boas colheitas, vitórias em batalhas ou espalhar a fome e a morte. Vemos no relato do padre Nóbrega com certo espanto ao perceber o quanto o feiticeiro influenciava a vida dos indígenas:

De certos em certos anos vem uns feiticeiros de mui longes terras, fingindo trazer santidade e a tempo de sua vinda lhes mandam limpar os caminhos e vão recebê-los com danças e festas, segundo seus costumes; e antes que cheguem ao lugar andam as mulheres de duas em duas passam pelas casas, dizendo publicamente as faltas que fizeram a seus maridos umas às outras, e pedindo perdão delas. Em chegando o feiticeiro com muita festa ao lugar, entra em uma casa escura e põe uma cabaça, que traz em figura humana, em parte mais conveniente para seus enganos e mudando sua própria voz em a de menino junto da cabaça, lhes diz que não curem de trabalhar, nem vão a roça, que o mantimento por si crescerá, e que nunca lhes faltara que comer, e que por si virá a casa, e que as enxadas irão a cavar e as flechas irão ao mato por caças para seu senhor e que hão de matar muitos dos seus

contrários, e cativarão muitos para seus comeres e promete-lhes larga vida. (1988, p.99)

De certa forma, as bem-aventuranças cantadas pelos padres já estava presente na vida dos índios, os pajés se incumbiam de dizeres positivos, e de abençoar aquela aldeia, hábitos cultivados pelos indígenas que por virem da boca e alma de outro indígena, causava indignação dos padres.

A fé religiosa, imposta pela civilização europeia cristã mostra uma forma metódica e lógica no ensino da catequização religiosa, que centraliza sua grandiosidade e criam um local de imposição educativa que julgam necessária para a edificação dessa sociedade cristã do século presente. Nesta época, para as pessoas que viviam no Brasil, ter fé era o início de qualquer coisa que fosse fazer, o caminho para a verdadeira salvação da alma só era possível se tivesse uma educação cristã baseada na fé, possibilitando dessa forma um lugar ao lado de Deus, mas para isso teria que desacreditar no deus que sempre lhe fora apresentado pelo pajé. Para Nóbrega havia a necessidade se terem mais evangelizadores como escreve em sua carta de 1549:

De muitas partes somos chamados, para irmos ensinar as coisas de Deus e não podemos chegar, porque somos poucos; e certo, creio que em todo o mundo não se nos depara terra tão disposta para produzir o fruto como esta, onde vemos almas parecerem, por se não poder remedia-las. (1988, p.93)

Isto posto, notamos a mudança de vida do nativo, a “aceitação” da educação que estava sendo recebida, os valores cristãos sendo exigidos, para essa sociedade em formação, incumbida de deveres cristãos e obrigações morais determinadas.

A educação portuguesa religiosa tinha Deus como centro, e o homem ia se formando na virtude, na fé que representava toda a sua cultura, ela era possuidora de todos os ensinamentos sagrados e considerados os únicos corretos e adequados como o único raciocínio. Para ter uma vida de cristão, era necessário seguir as determinações impostas na religião católica, o que era naturalmente lógico. Outra alternativa de vida, de pensar, de agir, de viver não existia, não era possível deslumbrar, pois esta vida que era conhecida pelos

portugueses já estava enraizada neles, em suas famílias, em toda mentalidade do povo europeu e da sociedade portuguesa, de qualquer pessoa dita cristã.

Tanto o padre Nóbrega como o padre Anchieta, expressam em suas cartas tamanha fé ao falar de Deus e a aceitação dessa fé pelos nativos que desejavam o batismo. Escreve Nóbrega ao Dr. Navarro em 1549:

Onde quer que vamos somos recebidos com grande boa vontade, principalmente pelos meninos, aos quais ensinamos. Muitos já fazem as orações e as ensinam aos outros. Dos que vemos estarem mais seguros, temos batizados umas cem pessoas pouco mais ou menos: começou isto pelas festas do Espírito Santo, que é o tempo ordenado pela Igreja: e devem haver uns 600 ou 700 catecúmenos prontos para o batismo, os quais estão bem preparados em tudo. (1988, p.92).

Padre Anchieta também nos conta, em carta escrita no segundo quadrimestre de 1554:

Nesta aldeia, cento e trinta de todo o sexo e idade foram chamados para o catequismo e trinta e seis para o batismo, os quais são todos os dias instruídos na doutrina, repetindo as orações em português e na própria língua; o concurso e frequência das mulheres é maior; sendo muitos catecúmenos despedidos, gravemente depois do ofertório, com dificuldade e gravemente o toleram, e nos rogam incessantemente que os promovamos ao batismo, o que é de cautela que se não faça, para que não voltem ao erro dos antigos costumes; portanto, julgamos que não se lhes deve conceder o batismo senão depois de uma longa prova. (1988, p. 49)

Vemos o entusiasmo dos nativos pelo batismo e dos padres neste desejo dos indígenas, não só pela quantidade numérica descrita na carta de Nóbrega, mas pela aceitação, confiança e pelo empenho de irem atrás dos padres para serem batizados. O batismo transformou-se numa cerimônia cobiçada pelos indígenas que pretendiam permanecer nos ideais cristãos.

Acontece que quando o batismo era realizado, a vida do convertido começava a mudar, podemos então dizer um novo conceito de mundo e de uma nova sociedade moldada nos padrões europeus com sua hierarquia e sua valorização religiosa.

No entanto, para alcançar a permissão para ser batizado, o indígena precisava aprender a doutrina católica e ser firmes nela para não cair em tentação e voltar aos seus costumes culturais que lhe foram ensinados desde a infância. Dessa forma também era ensinado a eles a disciplina, como podemos ler na carta de Anchieta escrita ao Geral Diogo Lainez:

Nós outros lhes mostramos as disciplinas com que se domava a carne, falando-lhe também dos jejuns, abstinências e outros remédios que tínhamos, e que tudo isto fazíamos por não ofender a Deus, que manda o contrário; e ele replicou: “E Deus que lhes há de fazer? Por que tendes medo dele?” Então lhe falamos do inferno e glória, etc., do que ele ficou maravilhado, e tendo-nos grande crédito, porque nossa vida era tão apartada da dos homens, e que não tratávamos senão em coisas de Deus e de bons costumes. (1988, p. 214).

Essa leitura nos mostra uma sedução por partes dos padres para convencer os índios do seu Deus, porém já antevendo a mudança que começaria na vida desse novo cristão, e as informações que lhe foram passadas sobre como seria sua vida após a realização do batismo, pois para a sociedade portuguesa o batismo tinha uma ênfase muito grande, já que através dele tornava-se possível, o entendimento e execução das determinações sublimes da fé cristã e do ensino para as pessoas que estivessem almejando salvar sua alma perante Deus seu salvador. Ao manifestar essa intenção, demonstrava seu interesse a um dos rituais presentes na sociedade portuguesa nas terras brasileiras. Contudo esse ritual do batismo não era somente representação, mas também uma ferramenta idealista portuguesa de grande prestígio para o ensino religioso nas novas terras.

Essa ferramenta idealista visava somente um caminho considerado pelos portugueses valioso e verdadeiro, numa sociedade hierarquizada e teocêntrica como a deles. A utilização do batismo enquanto meio de efetivação dos ensinamentos cristãos como forma de purificação da alma para um progresso nos ensinamentos para a conversão dos nativos, fazia com que os jesuítas se entregassem totalmente com fervor nas doutrinas cristãs como único meio de compreender um mundo digno.

Os relatos de Anchieta e Nóbrega, são de uma fé, que causa espanto no sentido de aceitação da palavra de Deus, ensinada e apreendida pelos nativos. São relatos dos padres pois como nos lembra Gambini :

É impossível saber hoje como era de fato o comportamento dos índios – esse dado está perdido para sempre. Mas percebe-se nas cartas, que os jesuítas acreditavam ouvir esse “ensina-me, molda-me”. Pelo menos essa era sua interpretação subjetiva dos fatos (2000, p. 92).

Se a intenção portuguesa era a de alterar a terra e fazer crescer nela uma nova sociedade aos moldes da original sem deixar rastros de qualquer outra cultura que outrora tivesse existido aqui, de certa forma já se estava conseguindo, talvez o que se observava dessa nova sociedade não era nem uma (a dos índios) nem outra (a dos portugueses), mas a alteração estava se dando dentro da primeira e em qualquer outro lugar a sociedade portuguesa poderia prosseguir incólume sem qualquer experimentação.

A grande quantidade de índios que desejavam o batismo era tanta que os padres começaram a tomar cuidado, pois o batismo não era a causa final, era indispensável que os batizados seguissem devotamente a doutrina católica cristã condizente aos ensinamentos passados pelos jesuítas. Conforme podemos ler no trecho da carta do padre Nóbrega ao padre Simão, em 1550:

(...) pregando aos grandes e ensinando a ler e a fazer orações aos pequenos e ajudando a se afervorarem no amor de Deus e no desejo do batismo alguns homens e catecúmenos, entre os quais alguns o pedem com muita instancia. Esperamos por todas as vias fazer-lhes deixar os muitos maus costumes que tem, e desejamos congregar todos os que se batizam apartados dos demais (...) (1988, p. 103).

O desejo de aprender, de receber o batismo se mostrava grande como diz o próprio padre, porém esperava-se que eles deixassem os “maus costumes”, mesmo com toda a aceitação da palavra de Deus, houveram aldeias que não a aceitaram, pois era uma maneira de viver muito diferente da que eles praticavam e a insistência fazia com que eles se preparassem para a

guerra contra os cristãos, como descrito na carta de Anchieta, 16 de abril de 1563:

Muitas particularidades havia que contar, que se passaram neste caso; mas somente direi as grandes misericórdias de que Deus usou para conosco, das quais a principal foi mover o coração de muitos Índios dos nossos catecúmenos e Cristãos a nos ajudar a tomar armas contra os seus; os quais, sabida notícia e verdade da guerra, vieram de sete ou oito aldeias, em que estavam esparzidos, a meter-se conosco, não todos mas somente aqueles que amam a Deus, e ele quis escolher para nos defenderem da força dos inimigos carniceiros(...) (1988,p. 193).

Não somente o padre Anchieta passou por esses combates de guerra, que nada mais era do que o conflito entre duas culturas divergentes, por meio do método da evangelização do índio. Evangelização esta que obedecia aos bons costumes como determinava os ensinamentos.

Esse cotidiano de guerras, entre defesas e ataques, acabavam por gerar uma incerteza quanto à própria vida, tanto dos indígenas como dos portugueses. Não era possível mudar esse cotidiano, pois se os portugueses queriam explorar novas terras, conquistar não conseguiriam fazer de forma pacífica o tempo todo e por muitas vezes teriam que lutar contra os índios relutantes com a presença dos europeus. Os portugueses atribuíam a essas guerras o nome de “guerra justa” (NÓBREGA, 1988, p.58).

Entre os índios a guerra era uma maneira de demonstrar qual era a tribo mais temida, uma educação quanto à sobrevivência da própria espécie, em proteger-se, atacar e tinha a característica o favorecimento de grupos maiores e a destruição dos menores. Quando os grupos menores perceberam que podiam, de certa forma, ficar protegidos nas áreas onde os portugueses atuavam, lá se abrigavam, mantendo-se distantes dos indígenas que viviam mais próximos da selva e que não gostavam da presença dos europeus.

As “guerras” (NÓBREGA, 1988, p. 145) tinham como objetivo aprisionar, sacrificar e ingerir (o sangue) num ritual o maior número possível dos inimigos. Assim mostravam seu poder para as outras tribos amigas, chamando-as para participarem do banquete, nunca com fins de posse ou de aquisição de bens

ou mesmo de terras, muito diferentes das guerras europeias vastamente vividas até então.

A habilidade com arco e flecha era excepcional, pois praticavam desde criança, quando lhes era ensinado o manejo correto das armas, disparavam diversas num tempo curto e à enorme distância. A batalha terminava quando um dos lados deixava o campo de guerra. Esta peculiaridade dos costumes indígenas incomodava os jesuítas que desejavam impor sua religiosidade e o que era para eles os bons costumes. Conta-nos Anchieta que

A maior honra que tem é tomar algum contrário na guerra e disto fazem mais caso que de matar, porque muitos dos que o tomam os dão a matar a outros, para que fiquem com algum nome, o qual tomam de novo quando os matam, e tantos nomes tem quantos inimigos mataram, posto que os mais honrados e estimados e tidos por mais valentes são os que os tomam. (1988, p.337)

As guerras entre os indígenas eram constantes e as tensões frequentemente vividas por todos não causaram nenhum problema que atrapalhasse os portugueses para tomarem posse dos territórios e isso significou aos padres jesuítas certa facilidade para a retirada dos indígenas de suas próprias terras, resultando depois na sua escravidão, devido ao mercado português que o via como algo barato e lucrativo.

Os portugueses acreditavam que os índios não davam valor às suas vidas, devido ao número de guerras de que participavam. Já para os nativos que viviam esse ensinamento desde sempre, a guerra era habitual, pois fazia parte de sua vida, de sua cultura.

Naturalmente são inclinados a matar, mas não são cruéis: porque ordinariamente nenhum tormento dão aos inimigos, porque se os não matam no conflito da guerra, depois os trata muito bem, e contentam-se com lhes quebrar a cabeça com um pau, que; é morte muito fácil, porque as vezes os matam de uma pancada ou ao menos com ela perdem logo os sentidos. (ANCHIETA, 1988, p. 329)

Não havia pecado em suas ações, pois era natural em suas vidas tanto quanto a guerra, mas para os portugueses isso não justificava as atitudes que

consideravam repugnantes. Para acreditar verdadeiramente na fé católica, num Deus único, tal atitude não era aceita, não poderia deixar nenhuma abertura mesmo sem maldade. O fato dos indígenas comerem carne humana era um ato de abominação as doutrinas cristãs, que viam nesta atitude nenhuma razão para tal acontecimento e diante desta discordância escreviam aos outros padres contando com espanto essas atitudes, conforme um trecho da carta de Anchieta escrita em 1554:

(...) desde Pernambuco (que é a primeira habitação dos Cristãos) até além, que não abrange o espaço de 900 milhas, é povoada por Índios que usam todos comer em seus banquetes carne humana, no que mostram achar tanto prazer e doçura, de modo que comumente caminham mais de 300 milhas para a guerra; se reduzem ao cativo quatro ou cinco dos inimigos, voltam sem mais outro motivo e os comem com grande festa de cantares, e copiosíssima libação de vinhos (que fabricam de raízes). (1988, p. 54)

Também escreve Nóbrega em uma carta de 1549 ao Dr. Navarro sobre o mesmo assunto:

É a coisa mais abominável que existe entre eles. Si matam a um na guerra, o partem em pedaços, e depois de moqueados os comem, com a mesma solenidade; e tudo isto fazem com um ódio cordial que tem um ao outro (...). (1988, p. 90)

Descrições como essas, sobre os costumes indígenas e a maneira como viviam, contradizia completamente a maneira de viver da sociedade portuguesa, mostrando detalhes significativos do dia a dia do povo nativo.

Muito menos violento, porém que causava muito espanto aos padres era a maneira como os nativos andavam nus, violência moral talvez, alguns cheios de objetos que perfuravam o corpo ou cheios cicatrizes relacionadas a seus atos heroicos, o que contradizia aos bons costumes europeus. Descreve Nóbrega em uma das cartas em 1549:

Gaimares; é gente que mora pelos matos e nenhuma comunicação tem com os Cristãos, pelo que se espantam quando nos vem e dizem que somos seus irmãos, porque

trazemos barbas como eles, as quais não trazem todos os outros, antes se rapam, até as pestanas e fazem buracos nos beijos e nas ventas dos narizes e põem uns ossos neles, que parecem demônios (...). Tupinambás. (...) Dormem em redes de algodão junto do fogo, que toda a noite tem aceso, assim por amor do frio, porque andam nus (...). (1988, p. 98)

O padre Anchieta também descreve os nativos em um trecho de sua carta:

Todos estes ordinariamente andam nus, ainda que os Carijós e alguns dali para avante, por ser terra muito fria, usam de peles de veados e outros animais que matam e comem, e as mulheres fazem umas mantas de algodão que cobrem meio corpo. (1988, p. 337)

Os padres descrevem a maneira natural em que eles se apresentavam, sem nenhuma preocupação com a roupa ou em tampar suas genitálias. Os padres jesuítas sentiram a necessidade de cobri-los, mais por suas vergonhas do que a dos próprios índios, diziam que andar nu ia contra a moralidade cristã e dessa forma impunham mais uma cultura portuguesa. Neste pequeno trecho da carta onde Nóbrega pedi ao padre Mestre Simão:

Serão cá necessárias pessoas que teçam algodão, que cá há muito e outros oficiais. (...) Também peça Vossa Reverendíssima algum petitório de roupa, para, entretanto cobrirmos estes novos convertidos, ao menos uma camisa a cada mulher, pela honestidade da religião Cristã, porque vêm todos a esta cidade a missa aos domingos e festas, que faz muita devoção, e vem rezando as orações que lhes ensinamos e não parece honesto estarem nuas entre os Christãos na igreja, e quando ensinamos. (1988, p.85).

A questão da roupa foi outro fator de imposição de costumes culturais, pois com os ensinamentos cristãos, os índios começaram a ter sentimentos que antes não lhes pertencia, como a vergonha, a culpa, o pecado; eles iam às portas dos padres pedirem roupas para usar, o que para os padres já era motivo de benção e demonstração da aceitação aos ensinamentos cristãos.

Os missionários viam isso como uma maneira de aderirem à cultura portuguesa, uma forma educativa dos indígenas terem seus corpos cobertos, o que era gratificante aos jesuítas por vários fatores e alguns deles são: dos

nativos cobrirem suas genitálias e cobrirem suas marcas indígenas expostas no corpo. Contudo, com a falta de roupas Nóbrega se sente fracassado, não conseguindo cumprir sua missão, como podemos ler em sua carta:

Como nos haveremos acerca dos gentios que nos vem a pedirem o batismo, e não tem camisas nem roupas para se vestirem: si, somente por razão de andares nus, tendo o mais aparelhado, lhes negaremos o batismo e a entrada na igreja, a missa e doutrina (...). (1988, p.142)

É importante salientar esse novo costume da roupa imposta aos nativos durante as missas, ao misturar-se com os portugueses, até mesmo na própria aldeia, enfim, havia a necessidade de estar vestido principalmente quem já fora batizado, porém era muito difícil ter roupa naquele período, pois Portugal demorava a enviá-las. A ideia que os índios estariam apenas querendo imita-los, por curiosidade, nem cogitava a cabeça dos jesuítas.

Os missionários destacaram também a falta de um líder ou rei, escreve Anchieta no segundo quadrimestre de 1554 “(...) não são sujeitos a nenhum rei ou capitão” (1988, p. 55) em outro pequeno trecho da carta dirigida ao Geral Diogo Laine, escreveu Anchieta em 1565, “qual se podia esperar de gente tão bestial e carniceira, que vive sem lei nem rei (...)” (1988, p. 243). Isso chamou a atenção dos padres, pois não viram nenhum líder institucionalizado como a figura do Rei que eles tinham, comprovando assim a falta de qualificação tanto quanto a do representante que eles tanto admiravam: o pajé e a sua função de autoridade acerca da aldeia.

Outro ponto também observável por Anchieta e tido como problema a ser vencido pelos padres foi a falta de obediência das crianças para com seus pais, faziam o que bem queriam, como descreve “(...) os filhos dão obediência aos pais quando lhes parece (...)” (1988, p. 55) e isto ia completamente contra a sociedade portuguesa com uma cultura hierarquizada nos bons costumes, dessa maneira os indígenas demonstravam que precisavam muito de um amparo cristão com coerência de valores, para que as crianças fossem educadas com uma concepção de existência disciplinada no evangelho. Mas nem todas as aldeias as crianças tinham esse comportamento, como relata o padre Anchieta em sua carta:

Estes entre os quais vivemos, trazem-nos voluntariamente seus filhos para os ensinarmos, os quais, sucedendo depois a seus pais, tornem o povo agradável a Cristo; dentre eles quinze batizados e muitos outros catecúmenos frequentam a escola otimamente instruídos, tendo por mestre o Irmão Antônio Rodrigues; antes do meio dia, depois da lição, recitam juntos na igreja a ladainha e depois do meio dia, entoando o cântico Salve-Rainha, se dispersam; em cada sexta-feira, disciplinando-se com suma devoção até fazerem sangue, saem em procissão. (1988, p. 49)

A disciplina impostas pelos padres jesuítas a eles mesmos como forma de devoção a Deus é passada as crianças indígenas com resultados muito bons pelo menos aos olhos dos próprios padres e dos outros índios que traziam as crianças para essa educação.

A primeira impressão do padre Anchieta ao observar os indígenas é de um povo sem “defeitos”, assim escreve “Destes Brasis direi, em último lugar, que quase nenhum se encontra entre eles afetado de deformidade alguma natural; achasse raramente um cego, um surdo, um mudo ou um coxo, nenhum nascido fora de tempo” (1988, p.216). Porém com o tempo de convivência entre eles, observando suas culturas, é que descobre que qualquer criança nascida com alguma deformidade, ou de duas sementes, era enterrada viva, o que era natural para os índios, mas na visão do jesuíta era uma crueldade. Os nativos acreditavam que agindo dessa forma o mal não se propagava, pois nasceriam fracos e cresceriam doentes o que era considerado uma desgraça. Quanto mais conheciam os hábitos indígenas, mais os padres se certificavam que era urgente uma transformação naquelas vidas e dentro do que os padres entendiam por viver, a catequização era a única saída.

Os rituais de iniciação aos pequenos indígenas se tornaram uma maneira de educar o menino para uma nova fase da vida que começava na passagem da juventude para a idade adulta, onde faziam marcas no corpo, a qual cada tribo tinha a sua. Era um ritual muito aguardado e desejado pelos pequenos, onde mostrariam sua coragem e ganhariam adereços, ornamentos que deixavam a mostra sua bravura. Mas, com o passar do tempo e pequenas mudança foram acontecendo, conforme explica o padre Manoel da Nobrega em carta enviada a Dr. Navarro:

(...) e foi ensinado um dia o padre João de Aspilcueta os meninos a ler e a fazer o sinal da cruz e tendo os ditos meninos certas pedras de várias cores nos lábios, que é uso trazer furados, e muito estimam, embaraçando as de fazer-se o sinal da cruz, vieram a mãe de um deles e para logo tirou dos lábios de seu filho e atirou ao telhado; de repente os outros fizeram o mesmo: e isto foi logo quando começamos de ensinar. (1988, p.92)

Essa alteração nos costumes indígenas explicita uma aceitação aos novos ensinamentos cristãos e o quanto eles queriam aproximar-se, agradecer os jesuítas, seguindo o que era imposto por eles nos seus ensinamentos na escola, nas missas, ou seja, substituindo o viver da sua cultura para partilhar a cultura do outro. Os jesuítas viam com apreço a receptividade por parte dos indígenas, porém outros nativos que não queriam as doutrinas, resistentes a aproximação dos padres tornando a sua tarefa parcial, deixava-os inquietos e aborrecidos por eles não desejarem o conhecimento sobre Deus.

Em outros casos em inúmeras vezes os então enfermos, vendo-se em péssimo estado pela doença adquirida, clamavam pela presença dos padres católicos para aceitar as palavras cristãs e desta forma conseguir cura de seu estado de saúde por meio da crença no Deus salvador, ou ainda adoecidos após o batismo, sofriam com críticas dos seus pajés como nos relata Nóbrega em alguns textos:

Uma cousa nos acontecia que muito nos maravilhava a princípio e foi que quase todos os que batizamos, caíram doentes, quais do ventre, quais dos olhos, quais de apostema: e tiveram ocasião os seus feiticeiros de dizer que lhes dávamos a doença com a água do baptismo e com a doutrina a morte; mas se viram em breve desmascarados, porque logo todos os enfermos se curaram. Quis por ventura o Senhor a estes seus filhos perfilhados em seu sangue, provar-lhes desde cedo e ensinar-lhes que é preciso sofrer e que esta é a mesinha com que se purgam os eleitos do Senhor. (1988, p. 95)

E ainda:

Aconteceu que dali me fui a outra povoação adiante, que está duas léguas desta, onde não podemos residir por não haver quem, onde chamam o Chorão, e batizei os lactantes pelo perigo que passam e fizemos rol de aquela gente toda: algumas crianças doentes se escondiam, porque os feiticeiros dizem que com o. baptismo as mataremos, mas pela muita

diligencia do Irmão e porque sempre há alguns bons que ajudam, batizamos todas, mandando-as buscar onde as escondiam e depois de batizadas muitos destes enfermos viveram, outros entraram no Céu. (NOBREGA, 1988, p.188)

Essas possibilidades de contraírem doenças pelos contatos entre culturas diferentes, de pessoas que desembarcavam no Brasil vindas de Portugal trazendo diversos vírus contraídos até mesmo em outros continentes, isso sem entrarmos nos detalhes das condições subumanas das embarcações. Sem falar da falta de higiene dentro da colônia, dos portugueses que se aventuravam na floresta, a busca de alimentos e as peregrinações para a evangelização, fazia com que surgissem nas aldeias uma série de doenças.

Contudo a evangelização continuava e as missas eram frequentes, os ensinamentos doutrinários para os nativos era crescente e a introdução de novos hábitos na vida dos indígenas ia acontecendo gradualmente, a busca pela salvação da alma antes e após a sua morte era um fator de mudança na vida do indígena. Como podemos ler em alguns trechos das cartas do padre Nóbrega:

Leonardo Nunes mandei aos Ilheos, uma povoação daqui perto, onde dá muito exemplo de si e faz muito frutos, e todos se espantam de sua vida e doutrina; foi com ele Diogo Jacome, que fez muito frutos em ensinar os moços e escravos. Agora pouco há vieram aqui a consultar-me algumas dúvidas, e estiveram aqui por dia do Anjo, onde batizamos muitos. (1988, p. 86).

E ainda:

Falarei agora da porta que Nosso Senhor se dignou de abrir nestes poucos meses para escolher dentre eles os que foram predestinados; porém começamos a visitar as suas aldeias, quatro companheiros que somos, a conversar familiarmente, e a anunciar lhes o reino do Céu, si fizerem aquilo que lhes ensinarmos; e são» estes aqui os nossos bandos. Convidamos os meninos a ler e escrever e conjuntamente lhes ensinamos a doutrina cristã e lhes pregamos para que com a mesma arte com que o inimigo da natureza venceu o homem dizendo: *Eritis sicut Dii scientes bonum et malum*, com arte igual seja ele vencido, porque muito se admiram de como sabemos ler e escrever e têm grande inveja e vontade de aprender e desejam ser cristãos como nós outros. Mas somente o impede o muito

que custa tirar-lhe os maus costumes deles, e nisso está hoje toda a fadiga nossa. (NOBREGA, 1988, p. 91).

Foi através da imposição cultural pela religiosidade que ocorreu o intermédio utilizado para que os nativos tivessem uma maior proximidade com os valores da sociedade cristã portuguesa. Ainda que permaneçam adeptos a esta religiosidade, os indígenas não possuíam a perspectiva de conseguir uma uniformidade cristã, ponderando seu ambiente e sua ascendência familiar, com a divergentes maneira de contempla-la. A religiosidade foi inserida culturalmente dentro de qualquer português, desde o início de sua vida e em qualquer atitude, decisão, pensamento que possa tomar, desde a sua concepção de Deus, da religiosidade, do emprego que fosse seguir, já os indígenas, essa religiosidade foi imposta desde o lactente até o idoso.

A indagação é que esses nativos já eram detentores de valores culturais que lhe foram passados desde a infância que eram totalmente diferentes, considerando que tinham que deixar de lado este entendimento para poder desempenhar uma nova vida abarrotada de princípios e características próprias voltados para um Deus misterioso para o ambiente dos nativos. Mesmo assim as igrejas foram erguidas e os colégios meio detentores de cultura, inaugurado para continuar impulsionando os ensinamentos religiosos católicos. Neste momento os padres Anchieta e Nóbrega escrevem satisfeitos pelas suas conquistas:

Fizemos construir em lugar mais conveniente uma igreja onde os Cristãos ouvem missa e junto uma casa onde o irmão Vicente Rodrigues e Simão Gonçalves ensinam os meninos, e existe entre a cidade e a aldeia ao pé de um rio um lugar, segundo o parecer de todos os Irmãos, muito a propósito e conveniente para se fazer um colégio, como já escrevi a Vossa Reverendíssima. (1988, p. 104)

E Anchieta:

Na doutrinação dos índios guardamos a mesma ordem: duas vezes por dia são chamados à igreja, pelo toque da campainha, ao qual açodem as mulheres daqui e dali, e lá recitam as orações no próprio idioma, recebendo ao mesmo tempo contínuas exortações, e se instruindo em tudo quanto respeita ao conhecimento da fé. Algumas se mostram de tal

maneira dedicadas, que não passam um só dia sem que vão duas vezes à igreja, e de lá se não apartam, nem mesmo com o rigor do frio, que é intensíssimo nesta quadra do ano, algumas se confessam todos os anos, duas ou três vezes, e outras tantas se aproximam da mesa eucarística. (1988, p. 87)

Vale ressaltar neste século XVI a sociedade portuguesa, na imagem dos jesuítas, homens religiosos, educadores que chegaram ao Brasil desejando intensamente a formação de uma sociedade nos fundamentos cristãos, com a finalidade de catequizar os nativos desta terra, em uma sociedade destituída de valores cristãos, ensinou no modelo da Companhia de Jesus.

3.2.2 O aldeamento

Embora a princípio a convivência inicial com os índios tenha sido bastante amigável, de algum modo os portugueses não se sentiam completamente seguros em terras tão longínquas e se fez o aldeamento para a sua proteção. Esse aldeamento foi feito e com isso conseguiram fracionar mais ainda as aldeias indígenas, colocando uma enorme quantidade de regras, todas do uso diário dos jesuítas, para conseguirem desta maneira desmistificar a cultura indígena formada a milhares de anos, com a intenção de revisar, modificar e coloca-la o mais parecido possível com a cultura cristã europeia. Não que ela ficaria no mesmo patamar e sim a altura para que a autoridade sobre ela fosse mais lógica e convincente diante das novas regras baseadas nos princípios de Deus.

De Janeiro até o presente tempo permanecemos, algumas vezes mais de vinte, em uma pobre casinha feita de barro e paus, coberta de palhas, tendo quatorze passos de comprimento e apenas dez de largura, onde estão ao mesmo tempo a escola, a enfermaria, o dormitório, o refeitório, a cozinha, a dispensa; todavia, não invejamos as espaçosas habitações, de que gozam em outras partes os nossos Irmãos, pois N. S. Jesus Cristo se colocou em mais estreito lugar, e dignou-se nascer em pobre manjedoura entre dois brutos animais e morrer em altíssima cruz por nós. Os índios por si mesmos edificaram para nosso uso esta casa; mandamos agora fazer outra algum tanto maior, cujos arquitetos seremos nós, com o suor do nosso rosto e o auxílio dos índios. (ANCHIETA, 1988, p. 53).

A maneira antecedente era a forma tradicional de evangelização, onde o missionário ia até o meio dos nativos que admiravam os ensinamentos cristãos. Nesta maneira os padres saíam sozinhos ou em grupos acompanhados ou não do auxílio militar indo de aldeia a aldeia para fazerem sua peregrinação evangelizadora. Muitas vezes ocorriam os batismos, as vezes em grande número, onde os nativos tinham seguido corretamente as disciplinas e as obrigações cristãs. Os jesuítas sempre corriam perigo ao viajar de uma aldeia para a outra mas não desistiam de seu objetivo de salvar as almas. Vemos em Anchieta:

Tem este Colégio três aldeias de índios cristãos livres a seu cargo, que terão duas mil e quinhentas pessoas, *scilicet*. Espírito Santo que dista sete léguas daqui, S. João que dista oito e Santo Antônio que dista quatorze; nelas residem de ordinário até oito dos nossos, dois ou quatro em cada uma. Tem nelas suas casinhas, cobertas de palmas, bem acomodadas e igrejas capazes, onde ensinam aos índios as cousas necessárias à sua salvação, lhes dizem missa e ensinam a doutrina cristã duas vezes cada dia, e também em cada uma ensinam aos filhos dos índios a ler, escrever, contar e falar português, que aprendem bem e falam com graça, ajudar as missas, e desta maneira os fazem polidos e homens. Em uma delas lhes ensinam a cantar e tem seu coro de canto e flautas para suas festas, e fazem suas danças a portuguesa com tamboris e violas, com muita graça, como se fossem meninos portugueses, e quando fazem estas danças põem uns diademas na cabeça de penas de pássaros de várias cores, e desta sorte fazem também os arcos, empenam e pintam o corpo, e assim pintados e mui galantes a seu modo fazem suas festas muito aprazíveis, que dão contento e causam devoção por serem feitas por gente tão indômita e barbara, mas, pela bondade divina e diligência dos nossos, feitos já homens políticos e cristãos. (1988, p.416)

Os aldeamentos e a maneira de ensinar proporcionaram um enorme progresso no sentido de buscar recursos mais apropriados para a educação cristã flexibilizando-os ao notarem complicações com o modelo tradicional. Tendo em vista que o novo método também apresentou dificuldades de adequação, já que eram índios de aldeias diferentes, e este elemento foi importante, já que, existiriam culturas diversas no mesmo ambiente.

Outro obstáculo era a distância entre as aldeias e a quantidade de padres era diminuta, além do fato de nem sempre serem bem recebidos, sem contar a apreensão em saber se os recém batizados conseguiriam se manter distantes dos maus costumes, pois a quantidade de batizados era muito grande. Pequena parte da carta de Anchieta de 1555, aos Irmãos da Companhia de Jesus de Portugal:

Estamos, como lhes hei escrito, em esta aldeia de Piratininga, onde temos uma grande escola de meninos, filhos de índios, ensinados já a ler e escrever, e aborrecem muito os costumes de seus pais, e alguns sabem ajudar a cantar a missa: estes são nossa alegria e consolação, porque seus pais não são mui domáveis, posto que sejam mui diferentes dos das outras aldeias, porque já não matam nem comem contrários, nem bebem como dantes. (1988, p. 85)

Provavelmente uma situação difícil quanto ao modelo quantitativo apresentado pelos missionários jesuítas, onde a preocupação parecia estar na quantidade e não na qualidade do conhecimento e entendimento dos indígenas pela nova doutrina. “(...) fizemos o ofício das Fontes muito solene e batizamos naquele dia a muitos, os quais estavam confessados e aparelhados assim para o batismo como para o casamento.” (NÓBREGA, 1988, p. 182)

Como a quantidade de convertidos era muito grande não foi possível uma clara análise dos nativos sob o olhar dos jesuítas, que acabaram não enxergando a grandeza da cultura indígena e a maneira que viam a vida.

Os missionários jesuítas foram educadores que tiveram um conhecimento na ação dentro do aldeamento ou nas aldeias distantes, onde aprenderam a maneira de se aproximar, de se explicar, sem erros a procura de uma compreensão certa e aparente para evangelizar os indígenas, buscando uma forma que a os ensinamentos fizessem parte de sua vida. Uma maneira utilizada e que foi bem aceita pelos nativos, foi a vinda dos meninos órfãos de Portugal, como vemos nas cartas dos padres:

(...) na qual ficaram muitos destes órfãos que vieram de Portugal, e alguns dos de cá recolhidos que foram e ainda são grandes obreiros nela, ocupando-se na conversão do gentio com a língua que sabem e o sacerdócio que receberam. (ANCHIETA, 1988, p. 316).

E o padre Nóbrega:

Os meninos órfãos, que nos mandaram de Lisboa, com seus cantares atraem os filhos dos Gentios e edificam muito os Cristãos. Em esta capitania de Pernambuco, onde agora estou, tenho esperança que se fará muito proveito, porque, como é povoada de muita gente, há grandes males e pecados nela. (1988, p. 115).

Anchieta teve uma atuação muito importante no contato com as crianças órfãs, pois através delas conseguiu começar a aprender as línguas dos nativos. Ele ensinava latim, e junto começou a aprender o tupi, que era a mais falada nas costas do Brasil, “o basco era a língua de família fica explicada a facilidade com que aprendeu o tupi, língua de estrutura congênere e reduziu-a a gramática” (ANCHIETA, 1988, p. 24).

Foi o padre Anchieta que constatou a existência de uma raiz comum entre as línguas faladas nas tribos diversas, foi ele quem escreveu a gramática da língua que ficou conhecida como língua tupi “foi a gramática da língua geral” (PEIXOTO apud ANCHIETA, 1988, p. 33). Anchieta foi transformador, aprendeu a ouvir e principalmente a fala-la com muita habilidade, traduzindo seus ensinamentos evangelizadores para ela. “A ‘artinha’ ou a gramática, é obra científica; com ela, e entretanto obra de arte, os versos e autos em tupi, tudo para a conversão e a edificação” (PEIXOTO apud ANCHIETA, 1988, p. 34). Teve a capacidade intelectual de aprender a estrutura e como traduzi-la, para o português e para o tupi. Elaborou uma maneira que qualquer português poderia conhecer o básico dessa língua, mesmo que não morasse no Brasil.

Essa língua foi usada por interpretes nas conversas com os índios e também foi utilizada por Anchieta para poemas, cantigas, versos. Assim, ambientou os nativos nos rituais da missa, para cantarem as músicas compostas em sua língua nativa, possibilitando o entendimento da mesma. “Rezas e mistérios na língua dos Indígenas, como orações, catecismo, letras, foram a tabuada em que o Brasil começou a soletrar a civilização” (PEIXOTO apud ANCHIETA, 1988, p. 34). A finalidade de seu trabalho catequético era a evangelização e para tal empreendimento criou peças de teatro nas línguas que dominava para que fossem compreendidas.

Ao constatar a existência de uma raiz na língua de várias tribos, Anchieta nos deixa o legado de uma interação entre os vários povos brasileiros. Uma ascendência cultural que embora esquecida ou não observada pelos portugueses seiscentistas, não nos passaria despercebido de forma alguma. Eram possuidores de uma língua que pode ser codificada e aprendida pelos portugueses e com isso teve papel facilitador na conversão propostas pelos padres.

3.2.3 O Trabalho

No século XVI, pode-se afirmar que o trabalho era uma operação que usava o racional e organizacional pela sociedade portuguesa, de onde retirava da natureza o que seria necessário para sua satisfação pessoal e material, criando bases para começar cultura da sociedade nas terras brasileiras.

As árvores de pau-brasil, não cresciam juntas em grandes áreas; encontravam-se, isto sim, dispersas pela floresta. À medida que a madeira foi-se esgotando no litoral, os europeus passaram a recorrer aos índios para obtê-las. (SCHWARTZ, 2005, p. 44)

Adentrando nesta cultura, o trabalho obtém um papel essencial para o equilíbrio português e sua conveniente imposição cultural aos nativos. Para os trabalhos jesuítas, vistos pelas cartas, era a evangelização educativa de um povo nativo, utilizando também o trabalho escravo dos indígenas, como descreve o padre Anchieta em sua carta:

(...) a todas elas, cada semana, não sem grande trabalho, ele ministra o alimento espiritual, ora celebrando missas, ora fazendo prédicas; é também necessário frequentemente que não só se digam duas missas, como que haja duas pregações nos dias de domingo e também ir algumas vezes a outra aldeia, distante vinte milhas destas; assim, grande fruto se espera daí, não só por causa do amor com que todos o cercam, como ainda pela boa opinião que fazem da sua virtude e doutrina. (1988, p. 36)

Todo este poder e esta submissão, quer dizer, esta hierarquia social foi provada pelas pessoas responsáveis e por mais riquezas que os portugueses tivessem encontrado por aqui a pior desgraça dos índios foi a descoberta por parte dos europeus a sua mão de obra barata, com isso o próprio índio passou a ser um mercadoria importante a ser explorada.

O padre Manoel da Nóbrega enfatiza os costumes portugueses, um costume amplo e necessário para viver em paz e poder assim progredir com o desenvolvimento colonial e espalharam-se por toda parte e dessa maneira impondo-se na alma do indígena.

Nesta terra, todos ou a maior parte dos homens, têm a consciência pesada por causa dos escravos que possuem contra a razão, além de que muitos, que eram resgatados aos pães não se isentam, mas ao contrário ficam escravos pela astúcia que empregam com eles e por isso poucos há que possam ser absolvidos, não querendo abster-se de tal pecado nem de vender um a outro, posto que nisto muito os repreenda, dizendo que o pai não pôde vender o filho, salvo em extrema necessidade, como permitem as leis imperiais, e nesta opinião tenho contra mim o povo e também os confesores daqui e assim Satanás tem de todo presas as almas desta maneira e muito difícil é tirar este abuso, porque os homens que aqui vêm não acham outro modo senão viver do trabalho dos escravos, que pescam e vão buscar lhes o alimento, tanto os domina a preguiça e são dados a cousas sensuais e vícios diversos e nem curam de estar excomungados, possuindo os ditos escravos. Pois que nenhum escrúpulo fazem os sacerdotes d'aqui, o melhor remédio destas cousas seria que o Rei mandasse inquisidores ou comissários para fazer libertar os escravos, ao menos os que são salteados e obriga-los a ficar com os Cristãos até que larguem os maus costumes do Gêntio já batizado e que a nossa Companhia houvesse deles cuidado, amestrando-os na Fé, da qual pouco ou nada podem aprender em casa dos senhores e antes vivem como Gêntios, sem conhecimento algum de Deus. (NOBREGA, 1988, p. 109)

Além de que, percebe-se nesta leitura, o aproveitamento da mão de obra escrava dos nativos pela Companhia de Jesus, mesmo aconselhando a não utilização da mesma e pedindo a liberdade para todos os índios escravizados.

A concordância dos nativos e negros relatadas nas cartas, tem semelhante importância, devido a escravidão, mas vale acentuar que as diferentes formas de trabalho eram essenciais para a sobrevivência dos engenhos de cana ainda mais com a exploração do índio.

(...) na dita Capitania de Pernambuco há muitas fazendas e alguns 60 ou mais engenhos de açúcar (405) a três, quatro, cinco e oito léguas por terra, cada um dos quais é uma boa povoação com muita gente branca, Negros de Guiné e índios da terra. A todos estes açodem os da Companhia com pregações, doutrinas e confissões, passando as grandes calmas daquela terra. (ANCHIETA, 1988, p. 318).

Apesar de não terem escrito nas cartas sobre a importância desses trabalhadores, foram eles o sustentáculo dessa sociedade portuguesa que estava se firmando em terras brasileiras, foram tão relevantes quanto aos outros escravos que vieram tempos depois para trabalharem na lavoura.

Os primeiros escravos foram os índios, mão de obra barata e prontamente acessível pra todo tipo de atividade. Essa escravização foi se definindo devido a limitação cultural entre os índios e os europeus. Os índios eram muitos suscetíveis a doenças. Mesmo assim, foram escravos por quase um sec. Na Bahia, era possível se ver índios escravos mesmo com os africanos já chegados aqui. (SCHWARTZ, 2005, p. 31).

Padre Nóbrega escreve ao El-rei pedindo-lhe que enviasse negros da África, pois necessitava de mãos de obras.

si El-rei favorecer a este e lhe fizer igreja e casas, e mandar dar os escravos, (que digo); me dizem que mandam mais escravos a esta terra, de Guiné, si assim for, podia vir logo provisão para mais três ou quatro, além dos que a casa tem, antes de um ano se sustentariam bem meninos e mais; porque, assim como ela está agora, mantém a 30 pessoas, e mais agora mandou fazer algodões para mandar lá muito algodão, para que mandem "fanhos, de que se vistam os meninos, e não será necessário que o colégio de Coimbra cá nos ajude senão com orações, antes de cá lhe sermos bons em alguma cousa. (1988, p. 130)

Por outro lado, o mesmo autor escreve sobre o indígena como mão de obra:

Nesta casa se lê gramática a quatro ou cinco da Companhia e lição de casos a todos, assim Padres como Irmãos, e outros exercícios espirituais; a manutenção da casa, a principal, é o trabalho de índios, lhe dão de seus mantimentos, e é a boa indústria de um homem leigo que, com três ou quatro escravos da Casa e outros tantos seus, faz mantimentos, criação, com que mantém a Casa, e com algumas esmolas, que alguns

fazem a casa, e com a esmola que El-Rei dá; tem também está casa umas poucas de vacas, as quais, por nossa contemplação, se deram aos meninos, quando estavam em S. Vicente, e do leite delas se mantém a casa; a casa um Irmão ferreiro, que, por concertar as ferramentas dos de S. Vicente se ficou para se viver de esmolas, os que se nela pudessem sustentar, que serão dois ou três somente. (NOBREGA, 1988, p.103)

Era preciso que os índios seguissem os hábitos europeus, que aceitassem os costumes portugueses para que a formação dessa sociedade fosse uniforme, com cada cristão exercendo seu papel e, deixando de ser quem eram assumissem ser quem os padres desejassem que eles fossem. Os jesuítas queriam que os indígenas tivessem os mesmos costumes familiares dos portugueses, porém o sistema familiar indígena mais difundido era a dos tupis, o patrilinear, onde a esposa ia viver na maloca do pai do marido, assim a aldeia ficava mais fortalecida na descendência num momento de guerra, portanto completamente diferente do modelo português imposto.

Acreditar em Deus era o início para qualquer atitude de uma pessoa cristã e a educação portuguesa baseada na fé era o verdadeiro e único caminho para a salvação da alma e nenhuma cultura poderia ser melhor que a de viver em plenitude com Deus.

Com esse pensamento a chegada da comitiva de Cabral em 1500 trouxe transformações irreversíveis aos povos que aqui encontraram, por se tratar de uma sociedade com características diferentes que a tornavam frágil diante a imposição dos portugueses, foram convertidos, transformados, escravizados, subjugados, adoeceram aos milhões com as novas doenças e por fim eliminados na forma original.

Considerações

Para a leitura destas cartas foi necessário um aprendizado particular, para que fosse possível analisar o encontro de duas culturas distintas. Uma, no caso a indígena, não deixou nada escrito, porém despertou nos jesuítas a vontade de escrever sobre ela. Com isso, as cartas deixadas pelos padres Nóbrega e Anchieta, são um legado de uma época onde o encontro de duas culturas se deu de maneira conflituosa, principalmente pela resistência indígena por conta de uma nova cultura que estava sendo imposta a eles.

Conseguimos ver nesta dissertação, um grupo de pessoas obstinadas, vivendo em uma sociedade religiosa, seguindo tradições extremamente rígidas, porém absolutamente coerentes com a época e com a maneira de pensar dela. Padres que imbuídos da sua fé inabalável e sua extrema organização e devoção a Igreja, se colocaram em naus e caravelas em busca do desconhecido, a fim de salvar almas e dar-lhes a oportunidade de conhecer uma sociedade plena em Deus.

Traziam na sua bagagem a idealização de um mundo novo condizente com as suas convicções católicas e com a sua fé em Nosso Senhor Jesus Cristo, pois para tamanha tarefa apenas um corpo organizado de alguns padres bem intencionados não seria capaz de executá-la.

Encontraram aqui algo muito diferente do que esperavam, as dificuldades eram enormes, menores somente se comparadas a sua própria fé. Encontraram pessoas em seu estado mais inocente, porém longe da rigidez e da civilização ocidental. Pessoas que em seu estado inocente, matavam, não se vestiam de maneira apropriada e eram capazes de atrocidades sob o ponto de vista religioso, mas que para eles (os índios) era algo corriqueiro e pertencentes a sua cultura.

O objetivo desta dissertação foi compreender o olhar jesuíta do século XVI sob a cultura dos nativos e para isto elencamos categorias para uma melhor percepção relativas à ideia de cultura.

Na tentativa de cumprir com a sua missão, criaram colégios, vestiram os índios, os fizeram rezar e a ignorar a sua origem, os escravizaram e impuseram a sua religiosidade e cultura. A consequência da exposição da alma indígena

aos efeitos que não era compreensíveis da doutrina da catequese, fazendo – a ser racional conforme os moldes europeus, fez com que ela se perdesse.

Não pensavam que talvez nem fosse essa a vontade, desejo do indígenas, se é que tivesse esse desejo de mudança, dessa maneira muitos sofreram, todos de certa forma, muitos morreram, uns longe de casa, longe da terra natal, outros de doenças novas e incompreensíveis.

Vimos que os primeiros passos dos nosso povo, foram dados a duras custas, foram fundidos na troca de hábitos, no intercambio delas, onde o sangue de cada um foi peça fundamental na construção de uma nova e integrada cultura.

Bibliografias

ABREU, João Capistrano. *Capítulos de História Colonial (1500 – 1800) & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. Brasília/ DF: UnB, 2 ed., 1988, 344p.

AGUIAR, Thiago Borges de. *Jan Hus: cartas de um educador e seu legado imortal*. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2012.

ALMEIDA, Rita Heloisa. *O Diretório dos Índios: um projeto de “civilização” no Brasil do século XVII*. Brasília /DF: UnB, 1997, 430p.

ALVES FILHO, Ivan. *Brasil, 500 anos em documentos*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999

ANCHIETA, José de. *Cartas: informações, fragmentos históricos e sermões*. São Paulo/SP: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

AZEVEDO, A. C. do A. *Dicionário de Nomes, Termos e Conceitos Históricos*. 3º ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

BARNABÉ, Gabriel Ribeiro. *Summi Pontificatus: As Relações Internacionais da Santa Sé sob Pio XII*. 2011. Dissertação de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP.

BOXER, C.R. *O império Marítimo Português: 1415-1825*. Rio de Janeiro/RJ: Edições 70, 1969.

CAMBI, Franco. *História da Pedagogia*. São Paulo: UNESP, 1999.

CARPENTIER, J. e LEBRUN, F. *Histórias da Europa*. Trad. De Manuel Ruas. Lisboa: Estampa, 1993.

CRESSONI, Fábio Eduardo. *Educação de Escravos Africanos uma leitura de Vieira*. Dissertação de Mestrado: Universidade Metodista de Piracicaba, 2008.

COUTO, Jorge. *A construção do Brasil: Ameríndios, Portugueses e Africanos, do início do povoamento a finais de Quinhentos*. Lisboa: Ed. Cosmos, 2 ed., 1997.

DAVIDSON, N. S. *A Contra-Reforma*. Trad. Walter Lellis Siqueira. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

FARIA, M. R. de. *O Concílio de Trento e a Campanha pedagógica contra reformista: Bases para o entendimento da prática Jesuítica na América Portuguesa do Século*. Alfenas/MG, p. 1-7, 2012.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil. História do Brasil cobre um período de mais de quinhentos anos, desde as raízes da colonização portuguesa até nossos dias*. São Paulo/SP: Edusp, 1996.

FRANCA, Leonel. *O Método Pedagógico dos Jesuítas – O “Ratio Studiorum” Introdução e Tradução*. Rio de Janeiro: Livraria AGIR Editora, 1952, In http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_fontes/acer_histedu/brcol012.htm

FRANCA, Eduardo D'Oliveira. *Portugal na época da Restauração*. São Paulo, Hucitec, 1997.

HANSEN, João Adolfo. *O nu e a luz: cartas jesuíticas do Brasil. Nóbrega- 1549-1558*. Rev. Inst. Est. Bras., SP, 2005.

HOLANDA, Sergio B. *A época colonial: administração, economia, sociedade*. Rio de Janeiro/RJ: Bertrand Brasil, vol.2, 11 ed., 2004, 520p.

IBGE. *500 anos de povoamento*. 2 ed., Rio de Janeiro/RJ, 2007, 232p.

KAPPLER, Claude. *Monstros, demônios e encantamentos no fim da Idade Média*. São Paulo. Martins Fontes, 1994.

KANTOROVICZ, E. H. *Os dois Corpos do Rei: um estudo sobre teologia política medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 14 ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2001.

LOBO, A. de Sousa Silva Costa. *Historia da Sociedade em Portugal do século XV*. Lisboa : Imprensa Nacional, 1903.

MATOTSO, José. *Portugal Medieval: novas interpretações*. 2ed. Coimbra.: Imprensa Nacional – Casa da Moeda temas portugueses, 1992.

MATTOSO, José. *História de Portugal, 3º vol.: No alvorecer da Modernidade (1480-1620)*. Lisboa: Estampa, 1993.

MATTOSO, José. *Historia de Portugal: Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Estampa, 1993.

MATTOSO, José. *Identificação de um país: ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325) I Oposição*. 5 ed. Lisboa: Estampa, 1995.

NÓBREGA, Manoel da. *Cartas do Brasil, 1549-1560*. São Paulo/SP: Ed. Universidade de São Paulo, 1988.

PAIVA, José M. *Colonização e catequese*. São Paulo/SP: Arké, 2006.

PAIVA, José. M. *Sobre a Civilização Ocidental*. Cadernos de História da Educação – v.11, n.1 – jan./jun.2012 (referência a), p.307 - 324

PEDRO, Livia. *HISTÓRIA DA COMPANHIA DE JESUS NO BRASIL: Biografia de uma obra*. 2008. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia.

PEREIRA, P. António da Silva. *Sacramento da Ordem e ofício eclesiástico: problemática hodierna do sacramento e poder na Igreja*. Roma: Libreria Editrice Dell' Università Gregoriana, 175 vol., 1969.

PERO VAZ DE CAMINHA, *Carta*. MINISTÉRIO DA CULTURA Fundação Biblioteca Nacional Departamento Nacional do Livro In: http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/carta.pdf

REALE, Giovanni. Dario ANTISERE. *Historia da Filosofia: do Humanismo a Descartes*. São Paulo/SP: Paulus, 2 ed., 2005.

REVISTA DA BIBLIOTECA *Mario de Andrade*. Anual 2000, São Paulo/SP, vol.58, p.244.

RICUPERO, R. *A Formação da elite Colonial – Brasil c. 1530-1630*. São Paulo – SP Ed. Alameda, 2008.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo/SP: Cia das Letras, 3 ed., 2005.

SOUZA, Laura de Mello e. *História da Vida Privada no Brasil: Cotidiano e vida na América portuguesa*. Coordenador Fernando A. Novais. São Paulo/SP: Cia das Letras, vol. 1, 2010.

TIN, Emerson. *A arte de escrever Cartas Anônimos de Bolonha, Erasmo de Roterdam, Justo Lípsio*. Campinas/SP, Unicamp, 2005.

TOLEDO, César de A. A (org.) et al. *Origens da Educação Escolar no Brasil Colonial*. Maringá/PR: Eduem, vol.1, 2012.

VAINFAS, Ronaldo. *A heresia dos Índios: Catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São Paulo/SP: Cia da Letras, 1995.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo/SP: Livraria Pioneira Editora, 1997.